



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 134

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE OUTUBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PR	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Luiz Claudio Romanelli</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>Democratas</i>	<i>Plauto Miró</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Welter</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PTB</i>	<i>Fábio Camargo</i>
<i>Bloco PPS/PMN</i>	<i>Dr. Batista</i>
<i>Bloco PSB/PR/PRB/PV</i>	<i>Reni Pereira</i>

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 134

121ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Ofícios..... 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 05

Pequeno Expediente:

Dep. Elio Rusch 08

Dep. Elton Welter 09

Dep. Péricles de Mello..... 11

Dep. Plauto Miró 12

Dep. Edson Strapasson 13

Dep. Edgar Bueno..... 15

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto..... 15

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Elton Welter 10

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch 19

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 21

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 22

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 24

Discussão/Votação

3ª Discussão 24

2ª Discussão 24

1ª Discussão 25

Requerimentos 26

Encerramento da Sessão 26

Publicações:

Comissão Executiva

Atos..... 27

Atas de Comissão

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação 27

DIÁRIO Nº 134

121ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 121ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

22 DE OUTUBRO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti, secretariada pelo Sr. Deputado Elton Welter e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Artagão Júnior, Francisco Bühner, Luiz Eduardo Cheida, Mamede e Reni Pereira (05).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Fábio Camargo e Tadeu Veneri (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

OFÍCIO S/Nº
Curitiba, em 22 de outubro de 2007.

Luiz Fernandes Litro, Parlamentar com assento nesta Casa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e tendo cumprido o período regimental de licença para tratamento de saúde, devidamente autorizado pelo Legislativo Estadual, respeitosa-mente dirige-se a Vossa Excelência com o objetivo de comunicar seu retorno às atividades parlamentares na data de 22 de outubro de 2007, requerendo da Mesa Diretora sejam adotadas as medidas necessárias para a formalização do ato de retorno ora comunicado.

Termos em que aguarda deferimento.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3091

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa de Redação Final para o Projeto de Lei nº 052/07, de autoria deste Parlamentar, que declara de utilidade pública a Sociedade de Organização Social Vida - SOS Vida, com sede e foro no município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 22.10.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3090

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, sejam anexadas aos Anais da Casa, conjunto de fotos demonstrando que não era prática na nossa gestão fazer publicidade das obras inauguradas utilizando nosso nome e CD em que consta a prestação de contas deste Parlamentar enquanto Prefeito Municipal de Ponta Grossa, comprovando que a população já foi devidamente informada sobre a destinação dada aos recursos financeiros do município em nossa gestão, inclusive os destinados à recuperação da Santa Casa, foco de ação movida pelo Ministério Público contra este Parlamentar.

Sala das Sessões, em 22.10.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3084

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Artur Oliveira Raulino, ocorrido no dia 17 de outubro de 2007, no município de Capitão Leônidas Marques/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa Amélia Monteiro Raulino, enviando correspondência à Av. Iguaçu, 366, bairro Centro, Capitão Leônidas Marques/PR.

Sala das Sessões, em 22.10.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

É justo prestar uma última homenagem a um dos pioneiros de Capitão Leônidas Marques. O falecimento do senhor Artur Oliveira Raulino abre uma lacuna que com certeza jamais será preenchida. Ficará o seu legado, que os seus amigos e principalmente seus familiares haverão de dar seqüência.

Amigo de todos, pessoa de fácil relacionamento, era bem quisto pela população. Honesto, cumpria com fervor os seus compromissos e por isso mesmo possuía grande credibilidade. Bom pai de família, deixou um exemplo magnífico de como se conduz uma família.

Seu Artur, sem dúvida, deixa saudade em nossos corações, nos corações de todos que um dia puderam compartilhar da sua amizade, fato do qual tenho muito orgulho. Assim como todos, também estou profundamente sensibilizado com a partida.

Mas a nossa fé cristã nos dá a força para continuidade da nossa jornada. E é esta mesma fé que nos dá também a certeza de que seu Artur está ao lado de Deus, na morada eterna. De lá, ele está olhando com muito amor para cada um daqueles que um dia ele amou e continua amando.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO Nº 3092

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Nilson Toshihico Nishimura Filho, estudante, 28 anos de idade, no último dia 19 de outubro, na cidade de Curitiba.

Nilson Toshihico Nishimura Filho, era filho de Nilson Toshihico Nishimura e Solange Weiss Nishimura, e deixa os irmãos, Ana Luiza Yumie Nishimura, Luiz Felipe Toshihico Nishimura, Bernardo Toshihico Nishimura.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 22.10.07.

(a) LUIZ NISHIMURA

REQUERIMENTO Nº 3094

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Munhoz de Mello pelo transcurso, no próximo dia 03 de novembro/07, de seus 51 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Gilmar José Benkendorf Silva, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Geraldo Gomes, bem como a todos os senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Munhoz de Mello.

Sala das Sessões, em 22.10.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É muito importante reconhecer e prestar homenagem às pessoas que contribuíram e continuam dando sua parcela de contribuição para o constante progresso do município. Razão porque nesta significativa data da comemoração do 51º aniversário de emancipação política de Munhoz de Mello, parabenizamos as autoridades constituídas do município, assim como toda a população com votos de muito sucesso.

Sem dúvida, a política está presente em quase todos os momentos da nossa vida, como por exemplo nos relacionamentos familiares e de amizade, nas escolas, no esporte e na comunidade como um todo.

A política é definida ora como ciência, ora como arte de governar. Não importa, entretanto, o sentido da palavra, mas sim a sua finalidade de promover o bem comum. O fundamental é que, em qualquer campo, se busque o aprimoramento das relações humanas e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e feliz.

O município de Munhoz de Mello, que tem sob seu comando nosso amigo Prefeito Gilmar José Benkendorf Silva e sua eficiente equipe de colaboradores, desenvolvem excelente trabalho em favor de toda a população.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, associa-se às manifestações de júbilo das autoridades e do povo em geral, no transcurso do 51º aniversário de Munhoz de Mello.

REQUERIMENTO Nº 3095

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Piên pela comemoração, no próximo dia 01 de novembro, de seus 46 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Francisco Marques Neto, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. José Loir Derveck, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Piên.

Sala das Sessões, em 22.10.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O município de Piên estará, no próximo dia 01 de novembro de 2007, comemorando a passagem de seus 46 anos de emancipação política.

A importância do município é indiscutível, sendo dentro do modelo brasileiro as suas competências, tendo no entanto, ao seu encargo inúmeras atribuições. São os Prefeitos que conhecem mais de perto as agruras da população.

O legislativo exercendo livre e soberanamente suas prerrogativas, cumprindo com seus deveres e representando legitimamente o povo o escolhe jamais foi uma dádiva ou doação generosa do Poder.

Ao contrário, é a conquista dos povos livres e dos municípios pela mobilização, lograram instruir, preservar e aprimorar aquele que trabalha.

Os Vereadores no município de Piên, proporcionam ao Executivo, mais que sua cooperação, sua solidariedade e sua participação, significando esperança para o futuro, trilhando o caminho que levará ao sucesso.

Nesta data tão especial, queremos, através desta proposição, prestar nossa homenagem de gratidão e reconhecimento a todos aqueles que de uma forma ou de outra estão dando sua parcela de contribuição para o engrandecimento do município de Piên e o bem estar de seu povo.

REQUERIMENTO Nº 3083

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja endereçado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, comunicando o registro, nos Anais desta Casa de Leis, de nossa reprovação à infeliz declaração do Juiz de

Direito da Comarca de Sete Lagoas, Edílson Rumbelberger Rodrigues, que, segundo publicou a imprensa nacional, essa autoridade do poder judiciário considerou inconstitucional a lei Maria da Penha sobre a violência contra a mulher. O referido magistrado tem, sistematicamente, negado acolhimento, à diversas ações movidas por mulheres agredidas pelos seus companheiros, defendendo a tese de que a mulher é a grande responsável pela desgraça humana.

É lamentável que um magistrado tenha sido tão infeliz em suas declarações, generalizando acusações contra todas as mulheres brasileiras vítimas de agressões dentro do próprio lar. No mínimo, o Dr. Edílson deveria ser afastado do julgamento de ações futuras ajuizadas por mulheres, pois já ficou bem claro que S. Exa. age com condenável discriminação contra o sexo feminino.

Sala das Sessões, em 22.10.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3093

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente, acompanhado de xerocópia do Ofício nº 700/07 de 09 do corrente, da Câmara Municipal de Pato Branco, ao Exmo. Sr. Ministro da Previdência Social Dr. Luiz Marinho.

Sala das Sessões, em 22.10.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTUFUCATIVA:

Trata-se de ofício, muito bem fundamentado, solicitando a instalação de uma agência Regional do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) naquela cidade de Pato Branco.

Sr. Ministro, trata-se de uma região Sudoestina, uma das maiores e melhores regiões do estado do Paraná. A instalação da agência do INSS atenderá não somente a população de Pato Branco, mas sim, uma grande maioria de município daquela região progressista. Trata-se, Sr. Ministro do berço da civilização paranaense, depositária das páginas mais brilhantes da nossa história. Fruto da visão administrativa de sucessivos governos municipais e de sua população trabalhadora abriu e continua abrindo suas portas para a industrialização de toda a região do sudoeste do Paraná.

Os problemas são os pontos que unem toda a população sudoestina do Paraná. Daquele rincão, modelos cívicos, morais, mentais, religiosos e políticos compuseram o perfil do homem do sudoeste, desenvolvendo-se até, além disso, uma economia pastoril favorecida a formação de uma aristocracia rural marcante liderança.

Por todos estes modestos fatos, temos certeza que V. Exa. determinará providências com a urgência que o assunto merece, autorizando a instalação da agência do INSS no município de Pato Branco.

REQUERIMENTO Nº 3087

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido nos Anais da Sessão de hoje voto de solidariedade ao pastor Robson de Brito, fiéis e familiares da garota Márcia Andréia do Prado Constantino, raptada do pátio da igreja e brutalmente assassinada num matagal. A menina, de 10 anos, foi levada do local durante um culto que reunia cerca de 1300 fiéis, tendo seu assassinato causado grande comoção na população de Maringá e região.

Requeiro que a presente manifestação seja comunicada à igreja, rogando que Deus conforme os pais, familiares e fiéis da Igreja Assembléia de Deus, apelando para rigorosa punição aos criminosos.

Salas das Sessões, em 22.10.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3097

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento de Estrada de Rodagem do Paraná - DER, no sentido de atender o pedido do Sr. Lauro Mireski, que solicita a passagem de máquina na estrada patrolada de acesso para Guaraqueçaba - Vilarejo de Cacatú, a partir do Posto de Guarda Floresta até aproximadamente 1200m adiante. Esse trecho encontra-se em péssimas condições de conservação e tem dificultado muito o tráfego de pedestres e veículos, motivo de tal reivindicação. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o requerente através dos telefones 9902-9024 e 3354-2260.

Sala das Sessões, em 22.10.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3088

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Xavier, solicitando informações e documentos referentes aos 06 (seis) últimos leitos de UTI neonatal instalados na Santa Casa de Ponta Grossa.

Desde a sua implantação, qual foi a taxa de utilização diária?

Anexar relação diária de ocupação onde conste nome do paciente, qual a forma de internação (SUS, convênio ou particular) e tempo de permanência.

Sala das Sessões, em 22.10.07.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 744/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual, a proceder à estadualização da estrada Beira-Rio que liga a cidade de Porto Rico, sede do município do mesmo nome, ao patrimônio de Porto São José, município de São Pedro do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.10.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A estrada objeto do benefício do presente plano de lei tem a extensão de cerca de 12 quilômetros.

Ainda em leito natural, sua conservação muito custa aos cofres já minguados dos municípios de Porto Rico e de São Pedro do Paraná, por ela servidos.

Além disso, a estrada em questão é o único percurso ainda não pavimentado na seqüência da rodovia PR-577 a partir do trevo que demanda às cidades de Nova Londrina, Marilena, Itaúna do Sul, Diamante do Norte.

Sua posição geográfica oferece aos seus usuários, magnífica visão do nosso fabuloso Rio Paraná, na nossa divisa com o estado do Mato Grosso do Sul.

A estadualização e posterior pavimentação dessa rodovia contribuirão substancialmente para o desenvolvimento do turismo naquela região, objeto de estudos e trabalhos do Projeto Costa Rica que conta com valiosa participação dos municípios lindeiros dos rios Paraná e Paranapanema, da Universidade Estadual de Maringá e de outras entidades, além, naturalmente, de contribuir para o conforto do transporte de passageiros, economia e segurança do transporte de cargas entre o estado já citado de Mato Grosso do Sul e as regiões de Umuarama no Paraná e Presidente Prudente no estado de São Paulo.

PROJETO DE LEI Nº 745/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação dos Produtores do Grupo Nova Esperança - APRONE, com sede e foro no município de Marilândia do Sul - Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.10.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Produtores do Grupo Nova Esperança (APRONE), criada em 2001, tem como pro-

posta principal garantir suporte técnico com a finalidade de estimular o desenvolvimento comunitário, a defesa dos direitos e aspirações da classe produtora, incentivando as atividades econômicas, sociais e culturais dos associados.

A entidade reúne proprietários rurais dedicados à produção de horticulturas e agricultura em geral. O quadro de associados inclui proprietários rurais, parceiros, meeiros, arrendatários ou assalariados rurais, trabalhando em estabelecimento situado na zona rural.

As atividades da APRONE são desenvolvidas por meios de prestação de serviços de assistência técnica, pesquisa, insumos diversos, mudas, transporte, beneficiamento, armazenamento, classificação, embalagem de produtos hortifrutigranjeiros e agricultura em geral.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres Deputados desta Casa de Leis, ao projeto de lei que apresento, por se tratar de matéria de elevado cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 746/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado Professor Guilherme Blick o anfiteatro do Colégio Estadual Humberto de Campos, localizado em Santo Antônio do Sudoeste/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.10.07.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O professor Guilherme Blick nasceu em 1º de setembro de 1951 no Distrito de Pranchita, na época município de Santo Antônio do Sudoeste/PR, e faleceu prematuramente no dia 12 de outubro de 2007, aos 56 anos (cinquenta e seis) anos de idade.

Nosso homenageado dedicou toda sua vida à família e à comunidade. Casado com a professora Celina de Andrade Blick e pai de Vile Alfredo Blick e Felipe Blick, exerceu a função de educador desde 1973. Dedicado ao ensino do idioma português e do espanhol, era professor do ensino médio na Escola Estadual Humberto de Campos em Santo Antônio do Sudoeste/PR. Nesta escola, o professor Guilherme iniciou e terminou sua carreira, dedicando toda sua vida profissional a esta instituição de ensino. Além disso, também lecionou no ensino médio da Escola Estadual Júlio Giongo em Ampére/PR e no ensino superior, ministrando aulas na Faculdade de São Miguel D'Oeste/SC, Xanxerê/SC e Chapecó/SC.

A denominação do anfiteatro do Colégio Estadual Humberto de Campos com o nome do professor é justa homenagem. O espaço em questão foi construído na década de oitenta, quando o professor era Diretor, em sistema de mutirão, contando com a colaboração e luta de

todos os alunos. Na época, o professor foi o coordenador de todo o trabalho, que culminou com a conquista do desejado anfiteatro. Desde então, o anfiteatro, que fica localizado no mesmo terreno do colégio, não tem nenhum nome, sendo justo denominá-lo com o nome do seu idealizador.

Em todos os estabelecimentos de ensino onde trabalhou, o professor Blick sempre gozou de prestígio entre os colegas de profissão, alunos e funcionários, sendo merecedor do respeito e carinho de todos. Sua morte precoce causou profundo pesar na região sudoeste, motivo pelo qual contamos com o apoio dos nobres Pares para a concretização desta homenagem.

PROJETO DE LEI Nº 747/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É obrigatório o estudo sobre o meio ambiente e as conseqüências do aquecimento global como parte do programa de disciplinas do núcleo curricular básico elaborado pela Secretaria de Estado da Educação para o ensino fundamental e médio das escolas públicas e particulares do estado.

§ 1º Os setores de supervisão e orientação escolar poderão convidar especialistas, para fazer conferências, palestras e simpósios, e representantes de organizações não governamentais atuantes no estado, para auxiliarem na elaboração de práticas pedagógicas de recuperação e preservação do meio ambiente.

§ 2º A Secretaria de Estado do Meio Ambiente colocará à disposição dos estabelecimentos de ensino os meios e recursos ao seu alcance para a realização das atividades mencionadas no parágrafo 1º, consideradas de relevante interesse público.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias contados da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.10.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Este projeto visa incluir na grade curricular da rede estadual de ensino médio e fundamental conteúdo relativo ao meio ambiente, com ênfase na questão do aquecimento global.

É incontroverso que a competência do estado membro para tratar da matéria está assegurada pela Carta da República, em seu artigo 22, inciso XXIV, c/c o artigo 24, inciso IX, e, mais especialmente, pela Lei Federal nº 9394, de 1996 - LDB, que possibilitou a edição de legislação complementar por parte dos entes federados, respeitadas as imposições da norma geral.

No tocante ao mérito, há que ressaltar a atualidade e relevância do tema. Todos os dias estamos acompanhando pelos meios de comunicação as catástrofes climáticas e as mudanças que estão ocorrendo rapidamente no clima mundial. Nunca se viram mudanças tão rápidas e com efeitos tão desastrosos como nos últimos anos.

Os pesquisadores do clima mundial afirmam que o aquecimento global está ocorrendo em função do aumento da quantidade de poluentes, principalmente de gases derivados da queima de combustíveis fósseis, na atmosfera. Junte-se a isto o desmatamento e a queimada de florestas e matas, que também contribuem para esse processo.

O aumento do nível dos oceanos, o crescimento e surgimento de desertos, o aumento dos furacões e as ondas de calor são conseqüências que devem ser trazidas à discussão. Não há lugar mais apropriado para isso que as salas de aula, ainda mais pelo fato de que o assunto interessa sobremaneira aos nossos futuros cientistas.

Registre-se que o aperfeiçoamento dos meios didáticos de forma a promover questionamentos, bem como estabelecer novos paradigmas, é um dever do estado. O senso comum acaba por promover uma visão distorcida da realidade. Para se ter uma idéia, quando se fala em floresta, o conceito é o de que toda floresta tem as características da floresta amazônica ou da mata atlântica. Em verdade, elas correspondem a apenas 7% da cobertura vegetal do planeta, malgrado possuam quase a totalidade da diversidade vegetal.

Enfim, o que se propõe é que se discutam, em matéria curricular sobre meio ambiente, os ecossistemas e suas relações, como predação e parasitismo, a regulação dinâmica das espécies, sua importância para o equilíbrio do ecossistema e as variações da biodiversidade, preparando o aluno para que perceba e compreenda todo o processo de aquecimento global, numa perspectiva positiva para as gerações futuras.

PROJETO DE LEI Nº 748/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica definido o limite de 50 (cinquenta) salários-mínimos para as obrigações de pequeno valor a que alude o parágrafo 3º do artigo 100 da Constituição Federal, com redação introduzida pelas Emendas Constitucionais nº 30, de 13 de setembro de 2000, e nº 37, de 12 de junho de 2002.

Parágrafo Único. Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento será feito sempre por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem precatório, na forma prevista no parágrafo 3º do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 2º O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da apresentação de requerimento à Procuradoria Geral do Estado, instruído com certidão, expedida pelo Cartório ou Secretaria, demonstrado o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

Art. 3º As obrigações já inscritas em precatórios e que satisfaçam o disposto no artigo 1º desta lei serão pagas no prazo máximo de um ano, observada a atual ordem de inscrição.

Art. 4º Na hipótese do precatório já ter sido incluído no orçamento do Estado do Paraná, será considerada a obrigação de pequeno valor aquela que, respeitado o limite de 100 salários-mínimos, seja atualizada conforme o parágrafo 1º do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 5º Fica vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das dotações do Orçamento Geral do Estado.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 12601, de 29 de junho de 1999.

Sala das Sessões, em 22.10.07.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, com o objetivo de definir o limite das obrigações de pequeno valor a que alude o parágrafo 3º do artigo 100 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 30, de 13 de setembro de 2000 e nº 37, de 12 de junho de 2002.

O dispositivo que define que se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento será feito sempre por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem precatório. Tal medida trará benefícios para os cofres do Poder Público e para o titular, pois o pagamento da obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da apresentação de requerimento à Procuradoria Geral do Estado, instruído com certidão expedida pelo Cartório ou Secretaria, demonstrado o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, nobre Presidente.

(Assentimento)

Presidente, Cida Borghetti, em nome do nosso partido, o Partido Progressista, e da nossa bancada composta por 4 Parlamentares, quero parabenizar o nobre Deputado Ricardo Barros que, neste momento - numa cerimônia muito concorrida no salão nobre desta Casa de Leis - o Deputado Ricardo Barros está lançando um livro bastante interessante chamado "De olho no dinheiro do Brasil". Este livro fala basicamente, sobre o orçamento da união lembrando que agora você pode participar.

Uma homenagem, também, ao gabinete da Deputada Cida Borghetti que organizou com tanto carinho este evento. Ninguém está pagando nada pelo livro, o que demonstra o respeito do nobre Deputado Ricardo Barros com o povo do Paraná, com seus eleitores e até mesmo com quem não votou nele, fazendo com que este material chegue gratuitamente às mãos de todos os paranaenses interessados, principalmente no orçamento do Governo Federal.

Parabéns Deputado Ricardo Barros! Nossa homenagem, nossa gratidão por este gesto de respeito pelo povo do Paraná.

Pequeno Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Devidamente registrado.

Passa-se ao Pequeno Expediente. Com a palavra ao Sr. Deputado Elio Lino Rusch, por 5 minutos.

Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, lamentavelmente, usamos esta tribuna, hoje, Deputado Caíto Quintana, para registrar na Sessão de hoje, o triste acontecimento registrado no dia de ontem.

Srs. Deputados, imprensa do Paraná, a Assembléia Legislativa fez o seu trabalho. Em 2004 e 2005, presidimos a Comissão Parlamentar de Inquérito, que falava sobre a reforma agrária. Esse relatório foi distribuído para todos os parlamentares do estado do Paraná, para todos os senadores e os mais diversos Ministérios do Governo Federal, para o Governo do Estado e para as mais diversas instituições.

Em 2006, a Assembléia Legislativa cria uma Comissão Especial de Investigação, para apurar especificamente 4 fazendas invadidas no oeste do Paraná. Uma delas era a Fazenda Syngenta. Está aqui em todo o nosso relatório, feito naquela ocasião e aprovado por unanimidade pelo Parlamento do estado do Paraná. Alertávamos o Governo do Estado do perigo que estava se estabelecendo no estado do Paraná, do conflito que poderia acontecer a qualquer momento, envolvendo proprietários e os movimentos sociais.

Nós, que visitamos diversas áreas invadidas sempre falamos, que todos nós, independente de ideologia partidária, somos a favor da reforma agrária. Mas acima de tudo respeitando o direito a propriedade. A Fazenda Syngenta foi invadida, por coincidência, quando se realizava COPE 08, aquela conferência de poderes envolvendo diversos países do nosso continente. Coincidentemente, no segundo dia da realização dessa conferência, Deputado Traiano, a Fazenda Syngenta foi invadida com o objetivo único, que não poderia se produzir semente modificada de transgênicos, na área de amortecimento em torno do Parque do Iguaçu. Entendia-se que naquela ocasião tinham 10 quilômetros. Foi mudado para 500 metros. A Fazenda Syngenta não é uma fazenda de produção - todos conhecemos - é um campo de experiência. É uma fazenda experimental. O Governador não cumpriu a reintegração de posse. Isso tem que se dizer, a sociedade do Paraná tem que saber disso. Quando ele não cumpriu a reintegração de posse, ia ser multado. Quando ele sentiu que ia ser multado, ele decretou a sua desapropriação. Sabendo que isso ia cair na Justiça.

Veio uma outra penalidade para o Governador. Iriam aplicar R\$ 2 mil para o Governador se não fosse cumprida. Pois bem, tratou-se, cumpriu, saiu a Via Campesina e lá retornaram.

Ontem, Srs. Deputados, lamentavelmente, Deputado Miltinho Pupio V. Exa. integrou a CPI da reforma agrária, mas não integrou a Comissão Especial que investigou a Fazenda Syngenta. Lamentavelmente, ontem mais uma vez - pela segunda vez que já desocuparam aquela área - a Via Campesina invade mais uma vez uma área experimental do estado do Paraná. E qual foi o resultado? De onde partiu o primeiro tiro? Dos seguranças ou dos invasores?

Não interessa. Deputado Péricles de Mello, nós alertamos esta Casa que estamos em um barril de pólvora no Paraná e no Brasil. Porque não é admissível, permitir e continuar do jeito como as coisas estão. Queremos a reforma agrária sim, mas respeitar o direito à propriedade. Os Movimentos Via Campesina e MST, não têm armas, segundo eles. É ferramenta de trabalho. Ferramenta de trabalho com bala? Que assassina? Em absoluto nunca defendemos. Nós alertamos o perigo. E não venham dizer depois: "milícia armada". Existe um perigo que ronda o Paraná e o Brasil. OU restabelecemos a ordem no nosso país ou lamentavelmente vamos ter muito desses confrontos ainda. Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Com a palavra ainda no Pequeno Expediente, segundo orador inscrito, Deputado Elton Welter por 5 minutos.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, fui lá ver com os próprios olhos. Deputado Elio Rusch, sou cidadão, conheço a história

política e da colonização deste país e, realmente, conflito agrário é histórico de lá, de fato, aconteceu uma barbaridade.

Agora, tolerar, Deputado Péricles, a insurgência de milícias armadas é incompatível com o estado. Se existem erros, de ambos os lados, não podemos admitir. As empresas internacionais são bem-vindas no país, mas na medida que ela dá ordem para atirar e assassinar membros da Via Campesina, é um absurdo Deputado Elio Rusch.

Fui lá ver, na entrada da fazenda, a quantidade de cartuchos disparados, rumo para assassinar as lideranças que lá estavam, os camponeses que lá estavam. Um absurdo! Um veículo Palio que estava do lado de dentro, com mais de 10 tiros. Na recepção tinham três pessoas, sem-terra, uma foi morta e a Izabel, que se encontra na UTI, levou um tiro à queima roupa. Quiseram matar de fato. A Izabel teve que fingir que estava morta, senão tinham dado mais tiros. Não se pode admitir que se faça justiça com as próprias mãos, como muitos querem fazer. É necessário que a Polícia Federal entre no caso. Que se apure quem realmente está organizando milícias armadas para atacar sem-terra.

O país não pode admitir isso. A fazenda é da Syngenta, sim, mas quem deu a ordem para os pistoleiros, para os jagunços irem lá dar tiros nos membros da Via Campesina?

Isto, infelizmente, aconteceu na cidade de Lindoeste, na região oeste do Paraná. Fui lá ver com os próprios olhos e vi a quantidade de balas disparadas. Tinham galhos, Deputado Elio Rusch, de árvores, onde os companheiros fugiram, cortados a tiros. Os vidros da guarita de entrada tem mais de 10, 15 tiros e de alto calibre. Falei com o Comandante da Polícia Militar que lá estava, as armas usadas eram de uso restrito. E o que foi dito também na imprensa é que haviam reféns lá. Isto é uma inverdade, não tinha refém nenhum. Aliás, as armas foram tiradas desses seguranças e foi comunicado à Polícia para que fossem lá buscar essas armas.

Agora convenhamos, como podemos admitir que, na medida em que há este tipo de conflito, se aceita que se vá lá fazer segurança atirando, caçando, como se fossem animais os membros da Via Campesina. Isto é um absurdo, Deputado Elio. Nós não podemos admitir isto! Precisamos resolver o problema do conflito agrário neste país. Nós somos sabedores da história das grilagens, das formas como muitas pessoas se apropriaram de terras neste país. Não é o caso da Syngenta, mas uma empresa internacional dessas precisa ter dignidade aqui no país, não pode dar ordem ou pagar indiretamente milícias armadas para assassinar sem-terra. Este caso precisa ser esclarecido.

Nós, da Bancada do PT, já pedimos providências ao Secretário de Segurança para que determine e, graças a Deus já foram presos pelo menos sete dos membros que lá estavam para assassinar os sem-terra. É um absurdo o que lá aconteceu. Nós não podemos admitir que se queira

fazer segurança de forma indireta, ir lá atirar em pessoas, trabalhadores rurais, sem-terras, da forma como se atirou e que foram assassinados no dia de ontem.

Passa a usar a Liderança do PT

O SR. LUIZ FERNANDES LITRO (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Quero assumir a minha cadeira como Deputado Estadual.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Queremos registrar a anuência das palavras do Deputado Luiz Fernandes Litro, Parlamentar com assento nesta Casa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e tendo cumprido o período regimental de licença para tratamento de saúde, devidamente autorizado pelo legislativo estadual, respeitosamente dirige-se a V. Exa. com o objetivo de comunicar o seu retorno às atividades parlamentares na data de 22 de outubro de 2007, requerendo da Mesa Diretora sejam adotadas as medidas necessárias para a formalização do ato de retorno ora comunicado.

Devidamente registrado. Seja bem-vindo o seu retorno a esta Casa de Leis, Deputado Luiz Fernandes Litro.

A Sra. **Luciana Rafagnin (PT)**

Permite um aparte, Deputado?

(**Assentimento**)

Obrigado, Sra. Presidente, obrigado, Deputado Elton Welter, que me concede um aparte neste momento. Quero aqui me somar ao seu pronunciamento, endossar suas palavras. É lamentável o que aconteceu ontem no município de Cascavel, na Fazenda Syngenta. Não podemos nunca concordar, Deputado, como bem disse V. Exa., que milícias privadas se dêem o direito de chegar nessa área atirando nas pessoas, sem olhar para lado nenhum e matando friamente esse companheiro, esse Líder do Movimento Sem-Terra. Claro que sabemos que também tombou um segurança da fazenda e nós trabalhamos e defendemos muito a questão da vida.

Então, estamos tristes com as duas mortes que ocorreram. Mas, é lamentável que as pessoas, ou seja, que as milícias que chegaram nesse acampamento e foram pedindo logo pelas lideranças do movimento e atiraram sem dó!

Nós lamentamos e quero aqui, neste momento, justificar a ausência do Deputado Tadeu Veneri que está hoje acompanhando o enterro desse Líder do Movimento Sem-Terra, lá em Cascavel. Acompanhou o velório e vai acompanhar o enterro desse companheiro que tombou na luta.

Quero dizer que nós que acompanhamos nestes anos todos a luta pela reforma agrária, no país, sabemos que muitas foram as pessoas que já tombaram e isso é lamentável, mas de uma maneira bem especial sabemos

que o Movimento sempre trabalhou para que a reforma agrária acontecesse sem o conflito. Infelizmente, muitas vezes não é visto dessa forma pelos grandes fazendeiros que trabalham com seguranças que, por ordem dos fazendeiros e de empresas multinacionais, atiram sem dó e matam lideranças que estão apenas trabalhando a favor da vida.

Obrigada.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Deputada Luciana, da forma como os disparos foram feitos e pela quantidade de seguranças que lá foram, eles foram lá para caçar, para assassinar os companheiros da Via Campesina. Foram com armas de grosso calibre, armas de uso especial, calibre 40 de acordo com o Comandante da Polícia Militar que lá estava posteriormente ao ocorrido. Já tinha sido feito o socorro das vítimas feridas, foram 5 pessoas feridas, 1 sem-terra assassinado e 1 segurança da empresa que infelizmente faleceu.

Não podemos tolerar o que aconteceu. O fato de querer fazer segurança privada e tentar assassinato, matar membros da Via Campesina, esse foi o desejo, tiro para todos os lados, carros metralhados, furo para todos os lados. Ali tem muitas árvores, tinha galho caído no chão cortado de bala, a quantidade de cartuchos encontrados foi uma enormidade! Foram lá para assassinar, para matar gente! Isso é intolerável, isso não é aceitável e pedimos providências, esperamos que a justiça seja feita!

A Sra. **Luciana Rafagnin (PT)**

V. Exa. mesmo dizia que a ocupação foi feita de forma bem pacífica, então não podemos, de forma alguma, concordar que depois de horas da ocupação ter ocorrido, as milícias cheguem e atirem. Realmente o que isso nos diz é que estas pessoas foram realmente para acabar com as grandes lideranças da Via Campesina. Isso é lamentável, Deputado Elton!

O SR. ELTON WELTER (PT)

A ocupação foi absolutamente pacífica, houve o rendimento dos seguranças, tomaram as armas deles e os liberaram! Liberaram e comunicaram à Polícia das armas para serem buscadas lá na fazenda experimental.

Estamos indignados com esse fato. Não podemos tolerar esse tipo de atitude. Se há excessos de ambas as partes, isso pode ser evitado. Agora, o bom diálogo é importante.

Todos sabem aqui, já disse na minha inicial, existe ainda neste país muitos conflitos agrários lá na fazenda. A Syngenta sabia que era uma fazenda experimental que estava dentro da zona de amortecimento. Essa legislação foi mudada nacionalmente por pressão de uma base política ligada ao grande latifúndio. Essa legislação foi mudada de fato. Agora, como essa empresa se instalou lá, sabendo que existia essa lei para não produzir e pesquisar transgênicos dentro de uma área de amortecimento? A

legislação foi mudada, reconhecemos isso, mas o fato que ocorreu é que ela estava lá de forma ilegal e isso motivou, na época, essa ocupação, por pesquisar a transgênia em local da faixa de segurança.

Concedo aparte ao Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)

Agradeço, Deputado Elton Welter, pelo aparte.

Gostaria apenas de fazer uma pergunta, para, na minha modéstia, conseguir entender: quer dizer que quando se invade uma propriedade, não é invasão, é ocupação? Quando a Justiça determina a reintegração de posse, as pessoas invasoras saem, o Governo do Estado decreta a desapropriação, a Justiça anula, os invasores vão de novo lá dentro, são obrigados a sair por determinação judicial, vão pela terceira vez na mesma área, e isso é uma ocupação pacífica? Quer dizer, V. Exa. diz que estavam lá os seguranças que foram contratados para matar pessoas. E o que o movimento fez? O que os sem-terra, o que a Via Campesina fez? Deixa eu entender. Não defendo nunca, está lá nos dois relatórios que fizemos aqui na Assembléia. Condenamos a invasão, condenamos a milícia armada. Mas como é que o proprietário vai defender se o Governo não cumpre a sua parte?

Deputado Elton Welter, a Justiça determina a reintegração de posse 3 vezes na mesma área, e V. Exa. vem dizer agora que foi uma ocupação pacífica? V. Exa. vem dizer que foram contratadas pessoas com o objetivo de matar; Isso é uma acusação séria. Agradeço a V. Exa., mas gostaria de saber realmente, e o Paraná gostaria de saber. Quer dizer, invadem, não invadiu, ocupação.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Quero tentar fazer um aparte breve como fez o Deputado Elio Rusch.

Quero dizer que o tema, da forma como V. Exa. trata, é um tema de forma muito responsável, porque o que vimos acontecer ontem na Fazenda Syngenta é justamente o que estamos temendo há muito tempo. Milícias armadas contratadas pelos proprietários rurais foram lá e utilizaram a força bruta para fazer valer o interesse de uma multinacional. E a questão lá, Deputado Elio Rusch, me permite discordar de V. Exa. O que está em jogo é a questão ideológica. Foram lá matar por ideologia, foram lá matar para poder, de fato, fazer prevalecer o interesse como se a terra, o direito à propriedade, fosse sagrado, quando na verdade tem que falar da função social que a terra tem que cumprir.

Então, Deputado Elton Welter, quero dizer a V. Exa. que o Governo tem agido com prudência. A Fazenda Syngenta é uma agressão ao meio ambiente, é uma agressão o que tem acontecido, mesmo. E o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra é um movimento que tem pautado a sua luta a favor de quem precisa de um pedaço de terra. O que vimos acontecer ontem foi uma barbárie e efetivamente tem que ser punida muita gente, não são só os seguranças contratados, não, mas

principalmente quem ordenou. E mais do que isso, quem dá sustentação política a esse tipo de intervenção. Por isso, que V. Exa. tem razão em fazer esse pronunciamento.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Encerro o pronunciamento dizendo o seguinte: bem-aventurados aqueles que tem sede de justiça, esses terão o reino dos céus garantido, porque defender quem historicamente sempre foi excluído, sem-terra, sem-teto, negros e negras, mulheres desassistidas, não é tarefa para poucos, precisa ter muita coragem, precisa ter determinação.

É muito fácil ficar do lado do poder econômico, se encostar e fingir que defende o povo humilde e sacrificado. As injustiças tem que ser corrigidas. Agora, o estado de direito, milícia armada atacando e matando membros da Via Campesina, isso é inadmissível! Essa denúncia vai chegar mundo afora e infelizmente temos que tomar providências. O estado brasileiro, o estado do Paraná está tomando as providências para investigar quem determinou e deu ordem para atirar nos sem-terra no dia de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Quando o Deputado Elio Rusch estava falando, ele disse uma coisa grave. O Deputado Elio Rusch merece o nosso respeito, mas ele chegou a dizer o seguinte: que ele não sabia quem tinha dado o primeiro tiro.

Essa frase sua, Deputado, é muito perigosa, porque no fundo o senhor está colocando no mesmo balaio um movimento social histórico, que tem uma causa, uma bandeira de distribuição da terra de reforma agrária, que tem contribuído muito para construir um Brasil mais justo e mais fraterno. Se não existisse o MST, a história do Brasil seria outra. É um movimento pacífico que fere a legalidade, porque sabemos que essa luta para distribuição da terra, historicamente, se realiza muito pouco no Brasil.

Quando o senhor diz isso, o senhor compara jagunço contratado para matar, porque nada mais são do que isso: pessoas que chegam numa Van com 40, armados até os dentes e saem atirando. Um tiro no olho de um militante do MST. Esses são jagunços contratados pelos fazendeiros para matar. É diferente. É diferente de homens pobres que lutam, de forma organizada, por um pedaço de chão para viver. Ao invés de estarem sendo contratados para matar outros pobres, como jagunços, ou estarem no tráfico de drogas, estão lutando por um pedaço de chão.

O dia que os setores pobres do Brasil não tiverem mais caminho, não tiverem mais ideal, a violência será muito pior do que uma ocupação pacífica por um pedaço de terra improdutiva. Ou em outros casos, essa área que tinha sido desapropriada, pelo menos tentar a desapropriação pelo Governo do Estado. Então, são coisas totalmente distintas.

Esse fato representa uma coisa muito grave, representa um momento da história do Brasil. Se formos analisar com profundidade, existe muita relação com esse fato e o assassinato do filho de um cronista esportivo, por força de segurança privada, aqui em Curitiba. É o sinal da violência. A violência como espetáculo e mais uma vez se repete aquela história: numa sociedade como a nossa, uma propriedade privada é superior ao direito à vida.

As pessoas, no seu íntimo, uma parte da sociedade brasileira acha que a propriedade privada é mais importante que a vida das pessoas. Entre a defesa da propriedade e a defesa da vida, se coloca a favor da defesa da propriedade.

Sabemos como é que construiu a propriedade agrária, no Brasil, de que forma ela se constituiu, historicamente, capitania hereditária, escravidão. Quando o escravo foi liberto - o homem livre, terra prisioneira - se estabeleceu a lei de terras em 1850, para que os escravos livres não pudessem ter posse da terra e não tinham dinheiro para comprá-la. É assim a nossa história. O país tem o mais alto índice de concentração de terra do mundo: 2% dos grandes fazendeiros concentram em suas mãos a metade do território brasileiro.

Não posso aceitar que se coloque no mesmo balaio, pessoas contratadas para matar e pessoas que lutam, historicamente. Lutam com sacrifício, com seus filhos, para conquistar um pedaço de chão, para construir um Brasil mais justo, mais solidário, mais fraterno. É totalmente diferente. Claro que tem uma coisa que iguala o jagunço e o sem-terra: ambos são pobres. No sentido mais profundo temos que ter pena até do jagunço, porque ele é explorado pela classe dominante bárbara, grosseira, cruel, ligado à propriedade da terra.

Há movimentos hoje no Rio de Janeiro de violência, há movimentos ideológicos, há questão dos quilombos. Se nós pegarmos os maiores jornais brasileiros há todo um pacto organizado, contra os quilombolas. Já se nós pegarmos o Estado de São Paulo, que é um jornal que expressa o pensamento conservador e ideológico do Brasil, ele vem fazendo um ataque sistemático na questão da regularização. É igual ao estado do Piauí, que isso é impossível, desarticulando as questões das cotas, ou seja, a violência da classe mais agressiva da história do Brasil, que é a classe ligada ao grande latifúndio brasileiro, que se apropriou da terra das mais diversas formas ilegais.

Os próprios jagunços falam que eles foram contratados pelo movimento dos fazendeiros do oeste do Paraná. Não é possível! Nós não podemos calar diante de uma coisa desse tipo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró (Partido Democratas)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho acompanhando os meios de comunicação, e como falou o Deputado Péricles, em especial os grandes jornais dessa federação. Tenho visto divulgações, em especial muitas vezes do Governo PT mostrando que a balança comercial do país aumenta ano a ano. É produção de soja, de milho, de trigo, de grãos como um todo. Tudo isso alcançado, com o desenvolvimento de alta tecnologia, usada pelos grandes produtores chamados de agronegócio, pelos médios produtores e também pelos pequenos produtores que compõem o nosso país. Produção em cima de produção.

Tudo isso proporcionadas pelas pesquisas que empresas públicas e privadas desenvolvem em nosso país. Entre elas a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Fazem pesquisas para que grãos sejam desenvolvidos, sementes possa ser desenvolvidas para aumentar a produtividade. O IAPAR, aqui no Paraná, que pesquisa e desenvolve para que possa a produtividade do feijão, do arroz, do milho, da soja possam acontecer. Monsanto do Brasil, uma empresa americana que desenvolve tecnologia possibilitando o aumento de produção na agricultura brasileira. A Syngenta, que desenvolve pesquisas proporcionando aumento de produtividade para os produtores, o grande o pequeno, o médio produtor utilizam dessa tecnologia.

Agora me entristece de ver discursos feitos nesta Casa na defesa da Via Campesina, que tenta invadir uma área que tem dono, uma área privada, área essa que vem cumprindo com o seu dever produtivo. Uma área que vem fazendo com que a agricultura possa através da sua pesquisa alcançar e bater recordes da nossa agricultura brasileira e ajudar a balança comercial.

Ao mesmo tempo, até onde eu sei, a Via Campesina voltou para invadir uma área privada. Não justifica Sr. Presidente, Srs. Deputados, agressão a ninguém, tirar a vida de ninguém. Só que no momento em que o proprietário de um bem tem a sua área comprometida com a invasão de terceiros, a defesa foi feita. Repito, não estou aqui defendendo da forma como fizeram a defesa. Só que o confronto entre invasores e aqueles que defendiam a sua propriedade, infelizmente, gerou morte dos dois lados. De um lado da empresa e, do outro lado dos invasores que eu considero. Porque quem invade a propriedade alheia é invasor. Faço essa análise porque se invadirem a minha casa, é um invasor. Se entrarem dentro do meu carro e tentarem roubar, é um ladrão que invadiu a minha propriedade.

Agora, não posso escutar um discurso de pessoas como eu ouvi aqui, de pessoas que fazem a lei. Lei que querem vê-la cumprida. E a lei no Brasil não permite a invasão em propriedade alheia. É o direito de propriedade que a Constituição preserva e zela. E isso espero que, enquanto nós tivermos um país democrático, uma Constituição assinada por todas as tendências ideológicas de Esquerda, de centro e de Direita essa Constituição seja preservada.

Repito, me assusta ver pessoas que fazem leis pregando para que a lei não seja cumprida. Só para concluir, vi um Deputado na tribuna dizer que ele quer saber quem mandou atirar. Esta certo ele. Quem mandou atirar tem que ser punido. E quer saber quem mandou defender a propriedade privada. Também queremos saber quem mandou defender e com certeza foi a legislação brasileira, a Constituição Federal. E agora também quero saber, Sr. Presidente e Srs. Deputados, com a ordem de quem aqueles que tentaram invadir a propriedade alheia estiveram lá! Quero saber com ordem de quem mandaram invadir uma área de pesquisa de grãos dentro do nosso país, com uma importância significativa! E quero saber quem são os líderes que estavam por trás, porque nunca estão na frente, porque na frente vão as “buchas de canhão”, que são famílias cadastradas para poder servir de escudo das lideranças que caminham por trás e têm outros interesses em todo esse processo!

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só para registrar e agradecer a presença entre nós do Vereador de Umuarama, Adalberto Carlos, ele que é professor e também Diretor de colégio. E também a presença do empresário de Barbosa Ferraz, o Valdir de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado e sejam bem-vindos a Casa.

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Edson Strapasson.

Deputado Edson Strapasson (PMDB)

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Inicialmente, queria desta tribuna manifestar o nosso repúdio à ação violenta, porque qualquer ação violenta não pode contar com o apoio de quem quer que seja, especialmente quando ela implica em tirar a vida de alguém. Independente das questões legais ou não legais, creio que essa atitude não deve ser apoiada, caso contrário estaríamos cometendo o maior crime, que é exatamente o crime contra a vida.

Na sexta-feira passada tivemos a oportunidade de participar de um seminário sobre segurança pública, onde

tivemos a presença também do Deputado Luizão, da Deputada Rosane e do Deputado Tadeu Veneri, exatamente focando a questão da violência em todos os seus aspectos, a violência urbana, e que nos painéis apresentados tivemos o depoimento, o relato do jornalista Caco Barcelos, que ao longo da sua vida buscou não apenas receber as notícias oficiais e retratá-las aos meios de comunicação, mas principalmente buscar conhecer de perto a realidade do que acontecia nas regiões mais pobres de São Paulo, do Rio de Janeiro e do país, buscando conhecer a ação violenta que muitas vezes por criação de tropas ou batalhões especiais que nasceram com a ditadura militar buscando reprimir a manifestação política na época, e posteriormente se transformaram em batalhões que especialmente agiam nas regiões mais pobres, nas periferias da cidade, praticando a justiça direta e sem julgamento ou a justiça aos seus olhos.

O jornalista Caco Barcelos nos relatou que somente pela ROTA, que tem uma ação violenta e que ficamos tristes muitas vezes, porque tem pessoas que muitas vezes defendem uma ação violenta como se fosse uma solução para acabar com a criminalidade. É evidente que se deve punir, mas se deve punir aqueles que efetivamente devem ser punidos de acordo com a lei. E ele falava no seu relato que estimativas dão conta que mais de 60 mil pessoas foram assassinadas em São Paulo pela ROTA. A ROTA admite 15 mil. Nos relatos ele conseguiu levantar ficha por ficha, Deputado Péricles, e constatou que em 4 mil e 200 mortes, a grande maioria foi execução direta, à queima-roupa. À queima-roupa, mas, que na versão oficial se dava como conflitos, tiroteio entre Polícia e bandido. E é evidente que nós vemos isso muito claramente, não somente em São Paulo, mas através da mídia muito discutida, do BOPE, e a atuação do BOPE no Rio de Janeiro. E hoje, nos cinemas, através da Tropa de Elite, que tem instigado pessoas a aplaudirem, muitas vezes, quando jovens eram assassinados e dito: bandido, Deputado Teruo, tem que ser tratado como bandido.

Curiosamente o que se falou é que se o marginal, ou o criminoso, seja o que for, tiver uma classe social maior, e quando o crime acontece com pessoas de maior poder aquisitivo, de maior nível social, muitas vezes aparece como um caso de acidente. Mas, quando milhares e milhares de jovens são assassinados e são pobres, ou são negros, automaticamente a matéria estampada no jornal é colocada: “Foi assassinado mais um traficante, mais um ladrão, um bandido, como vítima de ação de conflito entre gangues”. E é evidente que isso acontece diariamente no Brasil inteiro, e que muitas vezes nós, espectadores, temos apenas a visão oficial ou o que a imprensa muitas vezes coloca como a verdade dita pelos órgãos oficiais.

É evidente que temos que fazer nesta Casa um grande debate, conhecer de perto a realidade de cada região, porque não somente com violência, ou colocando Polícia na rua nós vamos combater a criminalidade; a criminalidade que hoje é muito forte na região,

e felizmente o Governo Federal coloca hoje o PRO-NASE, que é um programa focado diretamente à questão da violência urbana, à questão da segurança pública, à questão do resgate social, para buscar exatamente nas grandes metrópoles, onde a violência é muito forte, uma ação direta de Governo. E faz bem o Governo Federal, na medida que ele busca não assumir diretamente essa responsabilidade, mas estabelecer parcerias, ações integradas, como se fosse um grande mutirão entre o Governo Federal, Governo Estadual, Municipal, sociedade organizada. Sr. Presidente, para que juntos e com a participação efetiva da sociedade, possamos buscar mecanismos para redução da criminalidade, com a intervenção social, com o resgate de jovens que diariamente são assassinados de uma forma ou de outra, seja pelo conflito que estão colocados diariamente, seja muitas vezes por uma ação indevida, até da própria Polícia.

A nossa grande Curitiba, que tem hoje mais de 3 milhões de habitantes, Curitiba e região metropolitana juntas representam um terço da população do Paraná, 3 milhões e 100 mil habitantes, se apresenta como a 8ª região mais violenta do Brasil. Está colocada no programa como prioridade, e é evidente que o que nos assusta é que, quando vemos que 38,1% a cada 100 mil pessoas são assassinadas, é a taxa de homicídio da região. Mais alarmante quando nós buscamos essa taxa de homicídio na faixa etária de 15 a 29 anos, aí esse número sobe para 76 a cada 100 mil.

Esse número é muito alto. Nós que acompanhamos o dia-a-dia da cidade sabemos que os jovens, pela falta de oportunidade, pela falta de apoio da família, muitas vezes são as mães que mantêm os custos da casa, e essas crianças ficam expostas nas ruas e são capturadas pelo crime organizado.

Aí não podemos nos omitir. Um grande debate em torno dessas questões, não apenas colocando a Polícia com ação mais enérgica, mas, principalmente buscando estabelecer essas questões sociais. Resgatar o jovem, a criança, porque a criança é pura em qualquer condição social, em qualquer região. Mas o cidadão é fruto do meio em que vive. O que esperar de uma criança sem atenção, com a família desagregada, sem oportunidade? Será que essa criança vai querer ser o espelho de seu pai? Ou vai buscar algo maior? Muitas vezes esse algo maior acaba sendo o caminho errado. E cabe à sociedade inteira estabelecer se quer um futuro melhor, ou se quer apenas manter o discurso. De um lado estão aqueles que produzem e do outro os marginais. Não é assim! Não pode ser assim!

Nós que acompanhamos vemos que, uma mesma pessoa que é capaz de gastar até milhões em festas, em luxos, em iates, é incapaz de aumentar em R\$ 100 o pagamento de sua doméstica, e que, muitas vezes, daquele dinheiro é que sai a sobrevivência da família.

Temos que estabelecer um debate, seja da área urbana, onde a violência é muito forte.

Esses números que falei serão maiores se separarmos a periferia, os municípios da grande Curitiba. Lá vemos dezenas de jovens serem mortos, todo final de semana.

Portanto, é um dever desta Casa cobrar do Governo. Ao total, nos 4 anos, teremos 6 bilhões e 700 milhões de reais acrescidos na segurança pública dessas 11 regiões metropolitanas que foram focadas.

Não basta contratar Polícia. Temos que dar melhor qualificação, melhor condições aos policiais. Temos que pensar que ele é um ser humano, que tem família e que, muitas vezes, não tem casa para morar e é obrigado a fazer bicos para sobrevivência.

Temos que pensar! Ou assumimos diretamente essa condição junto com a sociedade, colocando que temos uma grande responsabilidade para reduzir essas desigualdades, para dar oportunidade, para estabelecer programas de profissionalização, para dar a esse jovem um futuro melhor. Caso contrário, ele não vai se espelhar na vida, muitas vezes, por mais que seu pai seja um trabalhador, porque ele não viu oportunidade de crescimento nesse caminho.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero só parabenizá-lo pelo seu pronunciamento porque vem ao encontro daquilo que eu acredito, aquilo que eu penso. Acho que a sociedade tem que se mobilizar e tem que agir muito mais até do que o discurso que nós fazemos. Temos que colocar aquilo que pensamos e falamos em prática.

Meus parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Obrigado pelo aparte, Deputado Stephanes!

Quando o Governo Federal fala que a única maneira de enfrentar a criminalidade é exatamente a união de forças, não temos dúvidas que precisamos colocar em prática, não só nas palavras, mas na prática, na ação e, efetivamente, cobrar, agirmos em defesa exatamente dessas questões, porque a regiões urbanas, especialmente as metrópoles, estão se proliferando, expandindo a pobreza e não dando oportunidade, o que faz com que realmente a violência seja incontrolável.

Parabéns a esse seminário e que a segurança pública não foque apenas na segurança ao patrimônio, mas que a vida seja mais importante, porque nós ainda estamos muito focados na segurança ao patrimônio. Quando implica em perda de patrimônio, a segurança pode existir e as pessoas que têm menos poder aquisitivo, com certeza, estão sendo vítima das nesse processo, nessa cultura de segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Edgar Bueno.

Deputado Edgar Bueno (PDT)

O SR. EDGAR BUENO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvindo as manifestações com referência à invasão, pela terceira vez, da fazenda de pesquisas Syngenta, eu não poderia deixar de me manifestar também. Primeiramente, quero lamentar a morte de um trabalhador sem-terra, de um pai de família que, muitas vezes, levado por uma corrente ideológica, acaba perdendo a vida num conflito. Quero lamentar, também, a perda de um brasileiro que trabalhava como segurança, não ganhando mais do que 1 salário ou 2 salários para defender uma propriedade que não tem o respaldo da lei, não tem o respaldo do Governo para que seja protegida.

Srs. Deputados, é bom lembrar que a Fazenda Syngenta é uma pequena propriedade de pesquisa que melhora a qualidade e a produtividade do Brasil. No entanto, essa fazenda foi invadida por 3 vezes. Por 3 vezes, a reintegração de posse foi determinada pela Justiça e o Governo nada fez. Quando a reintegração de posse foi determinada, se o Governo agisse como deveria agir, não teríamos esse tipo de conflito. Muitos, Miltinho Pupio, que nem trabalhadores rurais são, mas que são desempregados que moram na cidade e que são chamados pelas lideranças do MST com a força de terem estrutura de papel educacional, estrutura de bolsa que o próprio Governo dá, eles vão imaginando e sonhando como uma vida melhor, quando, na realidade, a questão é outra: é manter a provocação permanente no campo para que os Governos fracos se entreguem à baderna, que se dê cobertura a esse tipo de atitude, esquecendo-se que existe uma lei, uma Constituição que tem que ser preservada e respeitada.

A Syngenta, em Cascavel, não é nada mais do que uma provocação ideológica. O Governador Requião já se manifestou, nesses 4 cantos deste país, que é contra a soja transgênica. Lá, através, não digo da sua autorização, mas do seu respaldo, ele permite uma, duas, três invasões. E é claro que o proprietário tem que se defender. Se não tem Governo e ordem para defendê-lo, ele tem que contratar gente para fazer a sua defesa. Esses que foram contratados pela Syngenta estavam dentro da propriedade, cercada, que nas duas invasões anteriores foi totalmente depredada, com um prejuízo para a nossa região e para a nação. Infelizmente, ninguém tomou nenhuma providência.

Quando algumas lideranças da região se manifestaram, o próprio Governador, em alto e bom som, diz: “Não se metam com o MST, porque mando prender todos esses gorilas.” Produtores rurais, homens que lutaram e desbravaram o oeste, que fizeram e construíram uma história de progresso, são tratados dessa maneira, por pura ideologia e por pura falta de discernimento no sentido de cumprir a lei. Quem está no poder tem que interpretar o seu papel. Quem está no poder não tem padrinho, nem

afilhado e tem que fazer justiça. Quem está no poder tem que proteger o conjunto da sociedade.

Eu queria lamentar esse episódio, que mais uma vez acontece, por falta de autoridade, porque politicamente, por várias razões inconfessáveis, estamos assistindo isso no Paraná e no Brasil. Mas, principalmente, hoje, Cascavel é o grande foco, porque não foi só a Syngenta. Invadiram mais de 3 fazendas altamente produtivas, nesse final de semana. Lamentamos e pedimos aos nossos Parlamentares, para que estudem isso com mais profundidade, para podermos cobrar com autoridade os responsáveis pelo desmando.

Felizmente, Augustinho Zucchi, no início deste mês, a área do Capitão, de 71 alqueires, que tinha sido invadida por baderneiros, o Governo mandou desalojar. Não tinha mais do que 30 pessoas lá, em uma área de 71 alqueires apenas. Trouxemos o Capitão aqui, fizemos um registro. Queremos agradecer, porque felizmente já restabeleceram a ordem naquela pequena propriedade do Capitão.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Quero inicialmente responder, aqui, o Deputado Elio Rusch, que neste momento está na imprensa, mas como bom alemão ele tem 2 ouvidos: com um ele fala e com o outro ele ouve.

Não quis falar na Sessão de quinta-feira, porque V. Exa. não estava aqui e não é do meu costume falar pelas costas de ninguém, principalmente em um lugar público como é o Parlamento do Paraná.

V. Exa., em recente Sessão nesta Casa, disse que eu deveria fazer palhaçada no meu programa de rádio. Quero dizer a V. Exa. que admiro muito, principalmente os palhaços, porque eles nos fazem rir. E já tive o prazer, por alguns instantes, de ser um palhaço. E não há algo mais bonito do que ver a alegria de uma criança quando ela vê o sorriso do palhaço. Acho maravilhoso.

Quando à questão do rádio, sou um apaixonado pelo rádio desde que nasci. Completo agora 25 anos de rádio. Se tivesse que escolher entre rádio e política, que não pudesse fazer os dois ao mesmo tempo, não tenha dúvida que eu deixaria de ser político para ser radialista que é a minha profissão, que amo, admiro e levanto todos os dias às 5h da manhã. Tenho 25 anos de trabalho. Tenho trabalhado todos os dias. Vou e volto todos os dias para Ponta Grossa. Durmo muitas vezes no ônibus da Garagem da Esperança para fazer programa em um bairro. O ano todo, não só no período das eleições. Res-

peito o rádio como se fosse um filho ou uma filha minha, porque é de lá que sou o que sou aqui. E só estou nesta Casa porque o rádio me trouxe até aqui. Sem o rádio eu não seria nada mais aqui nesta Casa.

Por isso, Deputado Elio Rusch, só lamento que V. Exa. esteja de costas. Não quis falar nas suas costas outro dia, dizer a V. Exa. que não sei qual a sua profissão, mas a respeito. E acho que deve ser uma profissão decente e uma profissão que deve ser respeitada. Só lhe peço: quando V. Exa. quiser atacar a minha profissão, o senhor pense que também tem uma e que pode ser atacado por ela. E eu não vou descer nesse nível de dizer que é para o senhor fazer palhaçada com a sua profissão.

Amo a minha profissão. Trabalho com amor, carinho e respeito. E é por isso que vou respeitar V. Exa. dizendo que vou respeitar a sua profissão. O que fiz naquele dia, foi apenas exigir ao Presidente desta Casa, que se comportou mal naquele dia. Comportou-se mal. Não V. Exa., Deputado Zuchinho, o Presidente desta Casa distorceu os fatos, que quis amenizar uma situação que não é verdadeira.

Lamento e digo aqui nos Anais desta Casa: o Presidente descumpriu o que determina o Regimento Interno desta Casa. Quem descumpriu foi o Presidente, quando deu voz ao que não é verdade. E por mais Presidente que seja, tenho o mesmo direito que o Presidente desta Casa. Sou tão Deputado quanto ele, igual a ele. Respeito o Presidente, votei nele, mas tenho o mesmo direito de dizer o que penso aqui. E acho que o Presidente não tem que apaziguar nada, tem que fazer cumprir o que determina a lei, porque ele, descumprindo o Regimento Interno, está passando por cima da lei que rege este Parlamento.

Mas, não sou homem de me esconder. Os senhores da imprensa sabem disso. Quantas situações já passei, quantas acusações já sofri, e os senhores viram que eu nunca deixei de estar aqui. Não fujo nunca, vou até o fim. Não tenho medo nem dos erros que possa ter cometido, no entender de alguns. Não tenho medo de enfrentar a imprensa. Quando passo por uma dificuldade, levanto a cabeça e vou à luta. Enfrento de frente até se estiver errado. Sou humilde o necessário para me desculpar quando erro.

Mas hoje, aqui, quero falar do que aconteceu esta semana lá em Brasília, no STJ, e que alguns que parecem não conhecer a lei, estão fazendo festa, dizendo que vou ser cassado. Calma, gente! Tem muita água para entrar debaixo desta ponte ainda! Teve gente que disse que eu nem iria assumir o meu mandato disseram que eu iria ser diplomado - eu já estou indo para o primeiro ano desse terceiro mandato da minha vida, estou aqui Deputado - muita calma nesta hora. Ah, que o Scanavaca vai assumir, depois vamos cassar o Belinati, o Carlos Simões e daí volta o Neivo - calma, muita calma nesta hora. Sabem por quê? Porque em primeiro lugar, quem assume quando eu sair não é nenhum desses dois. Quem assume é alguém do PTB. Não é o do partido o mandato? Não é dos partidos? Pelo menos o STF disse isto agora. Não há coliga-

ção que fique de pé quando se tem um partido que é dono do mandato. De quem é o mandato? É do PTB.

Então, Deputado Carlos Simões, no meu entendimento que sou apenas um rábula pequenino, não era tão grande como o Deputado que passou aqui recentemente, o Scarpelini, que era um grande rábula, eu sou um pequenino, eu entendo, numa discussão jurídica, que o mandato pertence ao PTB. Então, se houver uma cassação quem deve indicar o suplente é o PTB. E quem é o suplente do PTB? Tem que ver quem é o suplente. Se não me falha a memória é o Dr. Jadir lá de Cascavel que é o suplente de primeira mão do PTB. É uma grande discussão.

Por isto, muita calma nesta hora. Não adianta ficar pressionando. Porque muitas vezes o cara vai pressionar e de repente não vai assumir, porque lei é para os dois lados, para A e para B, pelo menos é o que determina a lei, a Justiça.

Mas eu queria falar, e muita gente está mal informada, até a imprensa, e eu fico triste quando um jornalista escreve algo que não sabe. O jornalista que é formado - eu não sou formado, eu sou um radialista feito na vida, na faculdade da vida. Eu não estudei, eu tenho apenas a 6ª série incompleta, eu fugi da escola, e fiz a universidade da vida e não aconselho a ninguém. Mas eu fico triste, senhores, quando eu vejo um jornalista escrever algo sem fundamento, e fico mais triste quando vejo um jornalista que é graduado, que é Bacharel, por que o que é Bacharel? O Bacharel é o cara que se formou, mas que não fez a OAB. Então, na verdade, ele não é advogado, ele é Bacharel. Advogado é o que se formou, fez a OAB e hoje para passar na OAB não é qualquer um, tem que estudar muito. Quem tem OAB é advogado. Quem não tem OAB é Bacharel.

Então, Sr. Presidente, alguns jornalistas e até alguns que têm graduação da OAB fazem discursos, escrevem colunas dizendo que o Jocelito está cassado, 20 dias e está cassado. Calma, gente! Lá em Brasília foi 3 a 2, 2 a 2, 3 a 2 no final - tem recurso para o Pleno, tem recurso para o STF pela questão dos agentes públicos, políticos, tem muito recurso ainda. É só ter um pouco de calma.

Mas eu queria falar, Sr. Presidente, hoje, para a imprensa ficar sabendo de tudo, eu quero falar do mérito desta questão. Fiz um trabalho hoje de radialista. Levantei cedo e fiz um trabalho hoje de radialista/jornalista. Por que eu estou sendo cassado? Três itens, diz o Ministério Público. Primeiro item - porque o Prefeito Jocelito mandou R\$ 100 mil para a Santa Casa? Eu mandei R\$ 100 mil quando explodiu o setor de esterilização da Santa Casa, a Santa Casa não tinha como continuar atendendo. E sabem quem é a Santa Casa na ordem do dia hoje, Sr. Presidente? É o hospital regional de Ponta Grossa hoje. Atende a região inteira.

Quando explodiu a Santa Casa, onde eu estava no dia seguinte? Estava lá onde o Deputado Elio Rusch me condenou, na minha profissão. Era Prefeito e nunca deixei, com muito orgulho, de ser radialista.

Seis da manhã o Prefeito estava na rádio. O Prefeito da cidade continuou com a sua origem, com a sua humildade, continuou sendo radialista, 6h da manhã estava na rádio.

Quando soube da explosão da Santa Casa, fui comunicado, logo, imediatamente, como eu converso com o povo: “Olha, explodiu a Santa Casa, precisamos arrumar dinheiro para a Santa Casa.” A Prefeitura não tinha o dinheiro, não tinha os R\$ 100 mil. Eu liguei para um dos funcionários da Prefeitura: olha, a Santa Casa explodiu, o Provedor da Santa quer R\$ 100 mil para trocar tudo lá, senão vai morrer gente. Ele falou: “Prefeito, não tem dinheiro.” Eu falei: se vire, arrume o dinheiro, nós vamos levar esse dinheiro para a Santa Casa. Saúde é prioridade! Aí ele deu um jeito lá. Nós tínhamos no orçamento previsão de R\$ 40 mil para a Santa Casa. Como eu tinha uma autorização de fazer o remanejamento eu podia remanejar o quanto quisesse, remanejei de 40 para 100. Isso não teve problema nenhum, legalmente.

O Ministério Público, imediatamente, abriu um procedimento para ver se eu podia ter mandado os R\$100 mil para a Santa Casa. Aí pediram os documentos, a Prefeitura mandou e eles chegaram à conclusão que não tinha o que fazer, que eu estava amparado pela legalidade, fiz de acordo com a lei o repasse. Até a estagiária escreve no procedimento: “Não tem o que fazer contra o Prefeito Jocelito.”

Aí, outro rapaz que é ligado a alguns partidos políticos lá em Ponta Grossa e que está ligado ao Ministério Público - aliás ganha muito bem, tem um baita de um salário o Ministério Público, o Requião tem razão nessa parte, tem um baita de um salário - esse cidadão resolveu abrir um outro procedimento, dizendo que eu me autopromovi ao levar o cheque e ao falar na rádio, falar com o povo, contar que eu ia levar o dinheiro, e diz ele que eu não disse de quem era o dinheiro, se o dinheiro era meu ou se era da Prefeitura. Ora bolas, eu ia ter R\$ 100 mil para botar na Santa Casa? Vejam a idiotice de uma ação dessa! Que eu não deixei claro se era meu o dinheiro ou da Prefeitura! Tanto é que no outro dia o jornal abre manchete: “Prefeitura doa R\$ 100 mil para a Santa Casa.” Está nos autos!

Então, eu não comuniquei ao povo que o dinheiro era da Prefeitura, esse é o primeiro ponto. Eu ouvi o povo, com transparência, conversando com o povo. O Ministério Público quer transparência a toda hora, transparência, transparência, um Prefeito que ouve o povo, não pode ouvir!

Segundo crime do Prefeito Jocelito: levar o cheque. Levar o cheque para a Santa Casa, entregar o cheque: Sr. Salim, Provedor, está aqui o cheque. R\$ 100 mil. O jornal tira uma foto e coloca: “Prefeitura entrega o cheque.” Esse é o segundo crime.

E o terceiro crime que eu já falei, que não sabia que o dinheiro era da Prefeitura. São os três critérios que o Ministério Público me condenou! Que eu ouvi o povo

no rádio, que eu levei o cheque e que eu não disse para o povo que o dinheiro era da Prefeitura. Os três critérios.

Daí fizeram a ação por autopromoção, eu me autopromovi como se o Prefeito Jocelito precisasse se promover! Um homem conhecido, que já apareceu no Fantástico por duas vezes, esse é um presente que a elite de Ponta Grossa me deu, presenteço! Me botou duas vezes no Fantástico! E agora a ação está provada que as fitas eram montadas. Quero ver quem vai pagar esta brincadeira! A elite podre de Ponta Grossa, segmentos de uma podridão que mata Ponta Grossa, mata a nossa cidade! Não sou contra os ricos, não. Quem se fez trabalhando, quem se fez com honestidade tem o meu apoio, merece. Agora, não é justo que meia dúzia de falsos moralistas, que devem muito mais do que eu, possam querer incriminar alguém que cometeu três erros ao levar dinheiro para a Santa Casa!

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, analisando tudo isso, eu dizia que não preciso de promoção, eu falo todo dia na rádio, na televisão! Eu brinco, às vezes alguém me liga lá do interior: Chegando na rodoviária, como é que eu acho o senhor? Venha aqui na Garagem da Esperança, eu estou todo dia aqui. Chega na rodoviária e se não encontrar ninguém lá, se encontrar algum cachorrinho, pergunte onde é o Jocelito e o cachorrinho sacode o rabo e diz onde é a Garagem da Esperança. Todo mundo me conhece! Todo mundo me conhece!

Eu trouxe aqui, depois, Sr. Presidente, vou protocolar nesta Casa uma documentação, vou mostrar para os membros da imprensa depois para ver, no olho a olho, aqui estão algumas obras da Prefeitura de Ponta Grossa. Eu nunca coloquei uma placa com o meu nome quando Prefeito de Ponta Grossa, nunca.

O Prefeito Péricles, quando assumiu a Prefeitura, tem uma cerimônia que quando o Prefeito sai, ele passa para o outro e tem que ir lá e colocar a placa na galeria dos ex-Prefeitos. Nem isso eu fiz. Colocaram agora lá na Prefeitura.

Aqui está praça Barão do Rio Branco. Prefeito Péricles, desafio alguém a achar uma placa minha lá, foi o Jocelito que fez. Lembra, eu quase fui para a cadeia por causa dessa rua. Coisa do passado, já lhes perdoei. Essa praça, quando eu abri, quase fui para a cadeia, mas abri e hoje é aplaudida até pela Santa, que passa no meio no dia 26, no dia de Nossa Senhora de Santana. Não tem nenhuma placa minha.

Aqui está a Av. Munchen.

Aqui tem um dos 10 ginásios de esportes que eu construí, para o jovem jogar bola, praticar esportes, para o jovem não ir para as drogas.

Fui eu que fiz. Saiu no Brasil inteiro quando o Jô Soares mostrava, para o Brasil e para o mundo, o chafariz. Essa placa, quem colocou foi o Prefeito Péricles, porque a família exigiu que colocasse uma placa lá, porque tinha dado o nome a ele. Claro que agora está judiado, não cuidaram mais, não botaram luz.

Aqui é uma glória! Aqui está a piscina da FAPI, demorou muito tempo, tem que reformar. O Prefeito atual reformou a piscina. Aqui estão duas placas. A da esquerda é a reinauguração e a da direita é a primeira que eu coloquei. Diz o seguinte: “A única piscina pública do Brasil dedicada à 3ª idade, mostrando o respeito de Ponta Grossa pelos idosos.”

É mais uma placa, o nome do Prefeito. Aqui, em frente à Garagem da Esperança. Na R. XV, que o Prefeito antigo, Paulo Cunha Nascimento, antes de mim, construiu um calçadão. Olha a placa que ele fez em frente à Gravina, que atrapalha o trânsito. Está lá a placa, calçadão da XV.

Isso não é promoção.

Deputado Péricles, mais uma obra que o senhor vai gostar, a reinauguração do Teatro Ópera, que V. Exa. fez. Ele promoveu o senhor.

Tem mais uma escola que tem a placa do Prefeito, e aqui estão as UTIs que inauguramos semana passada, lá em Ponta Grossa.

Eu nunca fiz isso. Nunca coloquei uma placa em obra nenhuma. A inauguração era a obra funcionando. Raras inaugurações. Nós inaugurávamos o ginásio de esportes jogando uma partida de futebol. Nós brincávamos, um time de pernas-de-pau da Prefeitura contra o time do bairro. Era uma brincadeira sadia.

Tem um DVD, que recuperei esse fim de semana - eu guardo tudo, sou um colecionador de coisas - estava numa fita, passei para DVD. Aqui diz o Ministério Público que eu não disse de quem era o dinheiro. Esse DVD eu corri a cidade inteira. Todos os dias tinha uma prestação de contas em 2000. Três anos do Governo Jocelito. Nesse momento aqui, o DVD diz o seguinte: “Repasse de R\$ 100 mil à Santa Casa, doados pela Prefeitura, no momento de emergência.” É a prova. O Ministério Público diz que não avisei o povo. Está na prestação de contas da Prefeitura de Ponta Grossa.

Vou colocar tudo isso aqui, Sr. Presidente. A cópia, está aí, com um requerimento meu, e vai ficar nos autos desta Casa, o DVD que mostra exatamente isso. Não preciso me promover.

Achei mais uma foto hoje, maravilhosa. Olhe o carinho que têm pelo Governador, pobre do Governador: “Apanha aqui; apanha aqui; assassino de criança; matou criança; o hospital é um cemitério.” Pobre do Governador. O Governador que mais deu para a saúde, com todos os seus defeitos, é um assassino. O cara que está construindo um hospital de 5 andares em Ponta Grossa, que os incompetentes não construíram. Está na quinta laje. Está subindo, para alegria de todos nós.

Vejo aqui a propaganda na televisão: “Onze novas vagas de UTI. A saúde de Ponta Grossa está melhorando de verdade. Prefeitura de Ponta Grossa e o estado.”

Quem deu o dinheiro para fazer as UTIs? Caiu do céu o dinheiro? Seiscentos mil reais foram o estado, para fazer as UTIs e vai bancar 60% das UTIs sem o credenci-

amento do Governo Federal, pagos pela Secretaria do Estado.

Vou entregar depois para a Liderança do Governo, já que o Deputado Romanelli nunca está em plenário, está sempre na mídia.

Já mandei botar na página do Governador, no site, para ele ver. Ele “leva os paus”. Ele é chamado de bandido e na hora de tirar as fotos quem tira é o atual Prefeito de Ponta Grossa. Com todo respeito. Enfim, senhores, condenado por algo que não fez.

E uma última pérola, essa é cinematográfica. Em Ponta Grossa foi um Juiz em primeira instância que me julgou. Respeitei, não posso brigar com Juiz. Quando vim a Curitiba quem me julgou? O senhor sabe, Deputado Dobrandino, o Desembargador que me julgou, sabe quem é? O Dr. Noronha.

Dr. Noronha, que foi Secretário da Educação do Álvaro Dias, e condenou também. Mas tive uma surpresa. Um dia desses eu estava na “escolinha”, o Deputado Alexandre Curi estava lá, eu estava participando e de repente adentra o teatro o Dr. Noronha - Presidente do Tribunal de Justiça, e a comitiva fora à “escolinha” para fazer a entrega de um vale-cheque. Eu levantei e dei até um grito: pode isso? Alguém do meu lado, disse: “Calma Jocelito, está ao vivo”. Eu tenho guardados essa fita e as fotos. O Desembargador Noronha, ao lado de toda a cúpula do Judiciário do Paraná, entregou o vale-cheque para um arquiteto que ganhou o projeto do Ahú, da construção do novo Centro Judiciário. Teve um prêmio, ele foi receber o dinheiro, recebeu, nem cheque porque não tinha cheque. Não tinha cheque porque alguém estava desorganizado, a mídia era mais importante que o cheque, porque isso sim é crime. Quando você tem que entregar um cheque, é um cheque. Vale-cheque, nunca vi isso! O engenheiro recebeu das mãos da autoridade maior do Poder Judiciário, da autoridade maior, Governador Requião, tem uma foto bonita de todos. Receberam e entregaram o cheque. Eu sai e fui embora, porque para mim não vale isso. Se o homem que me condenou entregou um cheque publicamente numa televisão, ao vivo, para o mundo, que vai à TV Educativa, pode entregar! Eu sou Jocelito, não posso! Tudo o que os outros fizeram eu não posso fazer.

No dia 20, dia que ia ser julgada a ação da Santa Casa - veja que pérola, que coincidência do destino - todos achavam que eu iria ganhar, até eu achei que ia ganhar a ação, tinha fundamento, estava tudo propenso para eu ganhar. Para quem estava perdendo de dois a zero, empate é bom. Faltando um minuto para terminar, dá para fazer o terceiro. Estava certa a vitória. Vejam a cortina de fumaça que fizeram: protocolaram uma outra ação no dia da ação, exatamente com a intenção de criar uma cortina de fumaça naquele dia e desviar a atenção: “Olha, ele ganhou em Brasília.” Manchete do jornal amanhã. Vamos arrebatá-lo. Alguém se propôs a fazer isso: vamos meter uma ação

aqui, mesmo tendo caducada, que é uma ação que já não pode mais, porque prescreveu. Aí, colocaram a ação e o Ministério Público distribuiu nota por todo o Paraná: “Mais uma ação contra o Jocelito”. Isso porque eles queriam fazer uma cortina de fumaça para o outro dia. Distribuíram isso de manhã, logo depois de meio-dia, porque à tarde iria sair a sentença em Brasília e eles acharam que eu iria ganhar, e eu também achei que iria ganhar, mas para surpresa de todo mundo eu perdi e eles perderam também, porque ninguém é burro e todo mundo percebeu que aquilo foi “mandraqueado”, porque alguém pediu para alguém fazer aquilo.

Bem, quanto ao resto, está nas mãos de Deus e está nas mãos do STJ ainda. Depois sai do STJ e vai para o STF e tem muita água embaixo da ponte. Mas, se eu perder o mandato hoje, Sr. Presidente, vou para casa feliz e realizado. Olha, se eu perder o meu mandato hoje, volto para casa feliz da vida! Eu não era ninguém quando cheguei em Ponta Grossa e também não sou hoje: um simples radialista que morava lá no bairro e de repente virou Prefeito da cidade, três vezes Deputado, o mais votado. Poxa, eu iria para casa feliz, porque ajudei a fazer um hospital em Ponta Grossa. Vejo críticas à saúde em todo país, vejo quantas dificuldades tem o nosso povo, porque estou todos os dias lá na base, estou lá no bairro com o ônibus e sou acordado à noite com pedidos: “Por favor, uma UTI; por favor, uma consulta; precisamos de um cardiologista; um internamento.”

Então, aqui dentro dói um coração, porque sei o que passa o povo. Aí, quando consigo, com esse Governador que tem mil defeitos e que não é companheiro seu muitas vezes quando deveria ser, que deveria ser, mais amigo dos seus amigos, aqueles que levantaram a sua bandeira naquele momento de dor, sofrimento, de empate nas urnas, os que tiveram coragem.

Mas, eu perdôo tudo isso por uma única razão, Srs. Deputados: nós estamos construindo aquilo que sempre sonhamos! Eu sonhei, o Péricles sonhou quando Prefeito, nós sonhamos em construir um hospital e não conseguimos! O que brigamos por esse hospital e o resultado está aí: estamos na quinta laje e no ano que vem está pronto, em outubro. Este ano está no orçamento 15 milhões que coloquei para comprar equipamentos e neste ano vou colocar de novo para comprar os equipamentos. E daí, no ano seguinte, Deputado Plauto, quem sabe o seu sonho se realize também, que é a volta do curso de Medicina. Não discuto o mérito aqui, mas o interessante é conseguir as coisas. Eu lutei com V. Exa. quando o Governador cortou o curso de Medicina, lutei porque acho que foi uma besteira que o Requião fez e quem diz que fez a besteira foi uma assessora que não está mais com ele e que colocou na cabeça dele que tinha que desligar e ele desligou e pronto. Mas, isso é coisa do passado! Tenho certeza que ele vai devolver o curso de Medicina à Ponta Grossa e daí todos vão ganhar, todos aqueles que trabalham por Ponta Grossa.

Por isso, até perdôo aqueles momentos em que o Governador se esquece de atender quem tem que atender, porque ele fez uma grande obra, uma obra que é para os nossos filhos, para os nossos netos. A Santa Casa tem 100 anos e faz 100 anos que ela salva vidas e esse hospital é maior do que a Santa Casa e daqui a 100 anos ele vai salvar os meus filhos, os meus netos e um monte de gente, os netos de quem representamos.

Por isso, esqueço tudo quando lembro de uma coisa que vai ajudar o povo, que é esse hospital.

Por isso que se hoje terminar o meu mandato, o que não vai ser já, vai demorar um pouco ainda e vou lutar até o último dia, vou gastar todos os prazos de acordo com a lei. Eu só vou para casa, Sr. Presidente, à hora que o meu patrão mandar. O senhor sabe quem é o meu patrão, Presidente? É o seu também, é de todos nós aqui: o povo. À hora que ele mandar, eu vou para casa. Agora, por tabela, no tapetão e não vou. Eu vou brigar, vou “para o pau” com quem tiver que ir, não tenho medo de ninguém, estou preparado para uma grande luta. Não sou “bunda mole” eu não sou medroso, tenho coragem de falar o que eu penso. Tem muita gente aí que fala, mas deve muito mais do que eu.

Por isso, Sr. Presidente, ao encerrar as minhas palavras, quero dizer à hora que o povo me mandar eu vou para casa, mas enquanto isso vamos discutir, vamos debater, vamos trabalhar por este Paraná, porque o nosso patrão quer que estejamos aqui trabalhando. Nós vamos continuar trabalhando, a mando desse povo, até o último dia. À hora que o povo falar: “Chega, pára de encher o saco”, daí eu vou embora.

Como eu não quero passar do horário, porque eu acho que o horário é para cumprir, não é para brincar - relógio é coisa séria, porque senão não existia relógio, relógio é para cumprir, leis são para cumprir, tudo tem que cumprir - eu vou exigir que se cumpra tudo agora, Sr. Presidente, porque comigo tudo tem que ser cumprido, então agora eu vou exigir, por onde eu estiver, tudo deve ser cumprido, por isso, estou encerrando exatamente às 09h51 o meu pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário das Lideranças: PDT. Bloco PSB/PR/PRB/PV. Bloco PPS/PMN.

(**Declinam**)

Democratas. Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Apenas para que não fique dúvida nenhuma em relação à questão que

nós levantamos hoje no início da Sessão, no que diz respeito à invasão da Fazenda Syngenta pela terceira vez, e que lamentavelmente houveram duas mortes, uma de cada lado. Apenas, não quero cansá-los, mas já disse antes, apenas um trecho que nos referimos no término dos trabalhos da Comissão Especial acontecido no ano passado, onde falamos o seguinte: Por fim essa Comissão Especial de Investigação, ao encerrar as suas análises nesse item, deixou uma pergunta: Os danos causados pela invasão irregular, agregada à pretensa desapropriação, serão suportadas por quem? Pela Syngenta ou pelo povo do Paraná? Por que eu falo isso? Porque, se tem uma coisa que não se discute numa nação que vive o estado de direito é uma decisão da justiça, essa não se discute, essa cumpre-se. E é isso que está faltando em muitas esferas governamentais do nosso país. A Fazenda Syngenta, para deixar bem claro, é uma área de 123 hectares, dos 123 hectares, 70 hectares, não alqueires, 70 hectares são de cultivo para pesquisa e produção de material genético; 53 hectares, quase 50% da Fazenda Syngenta, são de preservação ambiental. Eu conheço, como muitos dos Srs. Deputados conhecem a Fazenda Syngenta, já fomos visitá-la bem antes da sua invasão. Se existe uma coisa que é bem cuidada é a área da preservação permanente.

Quando fomos visitar a fazenda *in loco*, após sua invasão e com os invasores lá dentro, no primeiro momento fomos impedidos. Após a conclusão dos nossos trabalhos, o Congresso Nacional, através da Comissão de Agricultura, criaram uma subcomissão e foram verificar *in loco* a situação da Fazenda Syngenta. Fui convidado para acompanhar esses trabalhos. Estive lá.

Sabem como entramos lá? Com a Polícia Federal. E verificamos que a área de preservação estava sendo agredida.

E ouvimos hoje, nesta Sessão, falarem em meio ambiente. Se tem uma coisa que a Syngenta cumpriu rigorosamente foi a questão ambiental. Quem não cumpriu a questão ambiental foram os invasores. Foi a Via Campesina, que largou na área de preservação suínos e gado, árvores derrubadas.

Não sei como é que tem alguém nessa tribuna que defende esse movimento, como se essa invasão não tivesse acontecido, apenas uma ocupação. Tudo tem limite nessa vida! O Deputado Plauto, o Deputado Edgar Bueno, usaram a tribuna, mas com coerência. Condenamos a violência! Não queremos confronto. Longe disso. Como vou defender só um lado? Dizer que apenas os proprietários estavam armados, ou se precaveram de uma invasão?

Ora, quando visitamos a fazenda sempre fomos acompanhados pelo Ministério Público. O Dr. Vanderlei Batista nos acompanhou em todas as visitas que fizemos. Para que ninguém pudesse dizer que a CPI, a Comissão Especial estava tendenciosa. Longe disso! Queremos encontrar uma solução para esse grave problema que se estabeleceu, não só no Paraná, mas que se estabeleceu no Brasil.

Concedo um aparte ao Deputado Stephanes Júnior.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Primeiro, gostaria de externar meu lamento pelo falecimento daquele ser humano que estava participando da Via Campesina, independente de questões políticas ou de quem está certo ou errado. Isso é muito triste!

A Syngenta é uma empresa que faz pesquisas, principalmente na área de transgênicos, entre outras pesquisas, dentro da lei. Uma empresa de renome. Sempre cumpriu a legislação federal, estadual e municipal. E não se justifica a invasão dela.

Há uma questão política nisso, e lamento! E o pessoal da Via Campesina, seus dirigentes, seus líderes se comportam como bandidos, ao usar, como massa de manobra, pessoas carentes, desinformadas. São pessoas que usam de má fé nessa invasão.

Muito obrigado!

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Quero ver quem vai pagar essa conta!

Todas essas ações que acontecem no estado do Paraná trazem um prejuízo incalculável para nossa economia. Os investidores, com toda certeza, estão procurando outros estados.

Aí nós poderíamos dizer o seguinte: o Governador do Estado do Paraná é contra a transgenia, é contra os transgênicos. A primeira vítima na briga dos transgênicos com o Governo do Estado foi o porto de Paranaguá. Agora, lamentavelmente, nós tivemos vítimas fatais. Tudo isso ocasionado pela questão dos transgênicos porque 70 hectares de terra não é fazenda. Isso é chácara. Os assentados ganham 25 hectares de terra, dependendo da região do nosso Brasil. Então, quantas pessoas você poderia assentar nessa fazenda Syngenta em 70 hectares, sendo que 53 são de preservação permanente?

É lógico que a Syngenta, em Santa Tereza, não pode ser usada para reforma agrária porque a área não permite, é muito pequena, é apenas de pesquisa. Aí nós perguntamos: Quem vai pagar a conta? O que aconteceu no Rio Grande do Sul, na Aracruz? O que aconteceu na Fazenda Syngenta, em Santa Tereza? O que está acontecendo com as empresas privadas que estão investindo para que o nosso agricultor possa produzir mais e gastar menos? Aliás, é isso que nós precisamos! A EMBRAPA, do Governo Federal, faz isso; o IAPAR faz isso, com poucas condições financeiras, por parte do Governo do Estado; mas quando o setor privado faz, não deixamos eles fazerem e não vamos incentivá-los?

Srs. Deputados, vamos tomar cuidado. Estou muito preocupado com o que poderá acontecer no nosso Brasil, porque o direito de um termina onde começa o direito do próximo. A primeira agressão, a primeira violência é não respeitar o direito à propriedade. Eu encerro perguntando: Se invadir a sua casa, o senhor deixa? O senhor permite? O senhor não reage? O que vai acontecer?

Então, não vamos enganar o povo. Não se criam falsas expectativas em cima da desgraça de algumas pessoas.

Obrigado, Sr. Presidente e obrigado, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Consulto o PP se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente em exercício, Augustinho Zucchi; Deputada Luciana Rafagnin; Deputada Cida Borghetti; Deputada Beti; Deputada Rosane; colegas Deputados.

A cidade de Maringá foi cenário, sábado à noite, de um bárbaro crime que causou grande consternação na região. Uma garota foi raptada de dentro do pátio da Igreja Assembléia de Deus, templo central, e levada para uma estrada de Igaracú, onde essa menina foi encontrada morta. O pai da menina é sonoplasta da igreja, morador em Sarandi, que é uma cidade ao lado de Maringá. A garota Márcia Constantino, 10 anos de idade, estava brincando no pátio da igreja, onde havia um culto, com a presença de 1 mil e 300 fiéis. Um maníaco sexual deve ter encantado a menina, deve ter prometido algum brinquedo, alguma coisa, atraiu a menina até o carro e, a certa altura, a menina disse para os amiguinhos que estavam no pátio da igreja que ela iria até o carro do amigo e já voltaria. Sumiu a garota, ali num culto, com a presença de 1 mil e 300 pessoas. Essa garota foi estrangulada, foi morta e encontrada num matagal.

A nossa solidariedade ao povo de Maringá, em especial, aos pastores, fiéis da Igreja Assembléia de Deus, aos pais e a família dessa menina, que tinha apenas 10 anos de idade. O que se passa na cabeça de um maníaco sexual, para se aproximar de uma igreja, onde estava sendo feito o louvor a Deus? Com muita lábia, com certeza, conseguiu atrair a sua vítima, na sua inocência. O que fazer Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados? Pena de morte? Eu, por formação religiosa, sou contra a pena de morte. Acho que é suave demais dar uma injeção letal, cujo veneno é produzido no Brasil. Leva quantos segundos para matar um criminoso? Poucos segundos, sofrimento quase nada! O que fazer com um maníaco sexual como esse, que matou de maneira tão cruel e bárbara essa criança, que estava no pátio da igreja, no culto da Igreja Assembléia de Deus?

Chego a defender que o ideal seria botar um tarado em praça pública, não matar, mas deixar o povo com liberdade para cortar os testículos e o “bilau” do tarado, sem anestesia. Cada um vai lá e vai cortando os pedacinhos! Cortar, Deputado Plauto, sem anestesia, porque anestesia é desperdício demais de dinheiro. Isso é o que há de mais podre na nossa sociedade. Fico imaginando o

choro, o grito e o desespero dessa criança, antes de sofrer a violência sexual e antes de ser morta, por esse tarado. Cortar sem ...

Os congressistas que representam o Paraná, em Brasília, poderiam mudar esse Código Penal Brasileiro. Alguma providência terá que ser tomada, porque dá impressão que está virando moda matar criança, brutalizar, abusar sexualmente de bebês, de adolescentes, de todo tipo de gente, talvez, para ver a notícia no rádio, no jornal e na televisão e confiantes de que não haverá nenhuma punição para o bandido, o maníaco, o tarado, que têm levado essa dor e tristeza aos lares de nossas famílias. O nosso respeito a toda Igreja Assembléia de Deus.

Sr. Presidente, estou encaminhando um requerimento, que se aprovado pelos nobres colegas - eu pretendia fazer um requerimento de repúdio, mas tradicionalmente a nossa Casa tem sido contrária a matérias que usem o termo repúdio - é para manifestar a desaprovção ao Juiz de Direito de uma cidade grande de Minas Gerais, Sete Lagos. Pasmem os senhores, o Juiz teve o disparate, a coragem e o atrevimento de dizer que a mulher é a grande responsável pela desgraça da humanidade. Esse Juiz é da Vara de Família, da Infância e da Juventude.

Algumas mulheres que têm apanhado, sido agredidas ou tem sido ameaçadas pelo marido, pelo companheiro, entram com uma ação. Quando a ação cai na mão desse Juiz Dr. Edílson Rodrigues, que não é Juiz de futebol, é do Poder Judiciário, nega o direito de ação indenizatória, nega o direito de punir o marido truculento, agressivo, que bate, ofende e espanca a sua esposa e companheira. O Juiz, eu volto a repetir, está lá em ações que ele já julgou e que negou um recurso reclamado pela mulher agredida. O Juiz, de acordo com levantamento feito, disse o seguinte, em um dos despachos, esse Juiz da Vara da Família, da Infância e da Juventude, prestem atenção nobres colegas, esse Juiz rejeitou vários pedidos e medidas contra homens que agrediram e ameaçaram as suas companheiras, e o Juiz falou que a Lei Maria da Penha é inconstitucional, que não serve para nada. É a lei que protege as mulheres contra a agressão, e o Juiz diz que não está nem aí com a Lei Maria da Penha.

O que o Juiz falou sobre as mulheres que reclamam seus direitos por serem agredidas pelos seus companheiros: “Ora, a desgraça humana começou no Éden por causa da mulher. Todos nós sabemos. Mas, também em virtude da ingenuidade, da tolice e da fragilidade emocional do homem. O mundo é masculino!” Olha, o que ele diz aqui, um Juiz, com a caneta, assinando um despacho: “O mundo é masculino!” Ele falou mais: “A idéia que temos de Deus é masculina”. Não sei onde esse Juiz leu, porque na Bíblia não fala que Deus é homem nem que é mulher, mas o Juiz está acima da Bíblia. “Jesus foi homem”. Disse o Juiz Dr. Edílson, “ferrando” as mulheres em suas ações contra as agressões sofridas dentro do lar.

No dia 12 de fevereiro, este mesmo Juiz da cidade de Sete Lagoas, sugeriu que: “o controle sobre a violência contra a mulher tornará o homem um tolo”.

Sr. Presidente, não sou aqui um catedrático, não tenho nenhum curso de especialização, mas quando o Juiz diz que *o controle sobre a violência contra a mulher tornará o homem um tolo*, a impressão que dá é que o Juiz está dizendo que o homem tem que bater mesmo na mulher. E se impedir, estamos transformando o homem em um tolo. É palavra de uma autoridade do Poder Judiciário. Ele acha que não tem que ter controle. Por isso, o Juiz tem negado os pedidos de adoção de medidas de proteção às mulheres sob o risco de violência por parte do marido.

E é bom lembrar que a Lei Maria da Penha, nº 11340, aumentou o rigor nas penas para agressões contra a mulher dentro do seu lar. Além de esta lei fornecer instrumentos para ajudar a coibir esse tipo de violência.

Então, Presidente, termino agradecendo V. Exa. e conclamando o Plenário para aprovar a nossa desaprovção a uma palavra tão infeliz, tão inconveniente. Para mim, esse homem não deveria mais permanecer um único dia sequer como Juiz, como autoridade do Poder Judiciário, porque a sua posição, as suas declarações, as suas sentenças são verdadeiras afrontas, indignas, desrespeitosas a todas as mulheres do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

PSDB.

(Declina)

Liderança do Governo. Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Eu queria, na verdade, manifestar a esta Casa o sucesso da reunião realizada hoje pela manhã no plenário da Frente dos Avanços Sociais. É um movimento que envolve os Parlamentares desta Casa que têm interesse em ver reduzida a tarifa do pedágio e ao mesmo tempo é necessário dizer que houve uma expressiva participação da sociedade civil organizada, do movimento sindical e do movimento social, e isto para nós é absolutamente fundamental no momento em que temos as questões objetivas para questionar a tarifa de pedágio que é cobrado no estado do Paraná.

E eu fiquei muito feliz, Deputado Augustinho Zucchi, quando vi V. Exa. participando dessa reunião, representando o PDT; quando vi o Deputado Durval Amaral, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, participando e fazendo um belíssimo pronunciamento, se posicionando sobre os temas e com a abrangência que este tema tem que ser tratado; do nosso querido companheiro, Vice-Líder do Governo, Deputado Cleiton Kielse; do

Vice-Presidente da Comissão de Obras, Deputado Strasson; do Vice-Presidente desta Casa, Deputado Antonio Anibelli e de mais outro Deputado, que eu já lembro, outro Deputado que participou desse processo ainda.

O fato que me pareceu extremamente interessante e importante é justamente que as centrais sindicais que ali estavam presentes, reunidas, do Prefeito de Wenceslau Braz Cristóvão, que representava os Prefeitos ali presentes, se começou, na minha avaliação, um movimento extremamente importante, porque é flagrante, a partir do momento que o Governo Federal realiza uma licitação e eu não tenho dúvida que esta Casa contribuiu quando possibilitou que uma empresa pública pudesse participar do leilão, que fez com que houvesse uma desorganização naqueles que normalmente controlam o processo de licitação das concessões, basta ver o que aconteceu no estado do Paraná.

E neste momento verificamos que através de uma renovação do processo que o Governo Federal escolheu, a partir, é claro, da participação dos técnicos do TCU, da reunião da Ministra Dilma Rousseff com o Governador Requião, um novo modelo foi definido e foi criado. Criaram-se as condições para que, através do menor preço, se pudesse ter a empresa espanhola, OHL, vencendo essas licitações e fazendo com que possamos constatar que quando for iniciada a cobrança do pedágio, para ir daqui até Florianópolis, 321 quilômetros de estrada, um cidadão que possui um automóvel vai pagar um pedágio de R\$ 5,20, ao mesmo tempo em que alguém que vai até Paranaguá, esse mesmo cidadão, paga hoje R\$ 10,90, e dia 5 de dezembro está aí e as empresas de pedágio querem mais aumento.

Então, quero dizer que é muito importante mesmo esse processo de participação e eu penso que hoje os Parlamentares que participaram dessa reunião, já ficou marcada uma reunião para a semana que vem, vamos trazer novos técnicos, fazer auditoria, incorporar esse trabalho muito interessante que está fazendo aquela Comissão Especial de Investigação que hoje o Deputado Cleiton Kielse, como Vice-Presidente, esteve lá relatando os trabalhos, o ex-Deputado Acir Mezzadri que preside o Fórum de Luta contra o Pedágio também estava lá presente, além, é claro, de lideranças importantíssimas do movimento sindical.

Concedo aparte ao Deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)

Nobre Deputado, eu agradeço o aparte. Consegui formar, nestes últimos anos, uma linha de pensamento com relação à questão do pedágio, no estado do Paraná. Nós vimos eleições onde o pedágio acabou sendo pauta dos discursos, de promessas eleitorais, caso viessem a vencer as eleições os candidatos que ali disputavam. Infelizmente não foi possível porque a população do Paraná, os usuários das rodovias, têm apontado que nos últimos anos, o valor da tarifa do pedágio, cobrado no estado do Paraná, está um tanto quanto elevado. E ficou provado

que prejudicialmente o Governo do Estado do Paraná perdeu todas as peleias contra as empresas concessionárias que, inclusive, boa parte delas está cobrando na Justiça indenizações milionárias por conta de algumas atitudes que o Governo do Estado do Paraná fez, inclusive deixando o Movimento Sem-Terra, por um período, tomando conta das praças de pedágio no estado do Paraná. Mas a verdade é uma: o pedágio está alto. Todas as entidades representativas questionam e cobram uma discussão do valor da tarifa do pedágio no estado do Paraná.

Na minha concepção, por tudo aquilo que vi, nessa Comissão Especial, é que alguma coisa pode ser feita, só que no diálogo, porque a força não foi possível e não é possível! Eu cito três frentes possíveis, na minha ótica e na minha avaliação: Uma delas, a redução dos impostos, dos insumos que compõe a tarifa do pedágio; a outra, a prorrogação do prazo das concessões no estado do Paraná que naturalmente iria diluir o valor da tarifa por mais anos. E a terceira opção é a federalização, devolver para o Governo Federal essas rodovias que compõe o anel de integração para que o Governo Federal viesse a discutir com as empresas concessionárias uma diminuição dessa tarifa de pedágio, já que, aqui no Paraná, o Governo do Estado não conseguiu este diálogo e me parece que a vontade do Governador não é conversar e sim tentar judicialmente baixar esta tarifa.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, quero conceder um aparte ao Deputado Péricles, mas, eu queria fazer um comentário, dizer ao Deputado Plauto que foi uma pena ele não ter podido participar hoje, porque foi esse, justamente, o objetivo da reunião. O encontro, na verdade, é claro, é um movimento de resistência a esse pedágio elevado. Se constatou o seguinte: não vamos nem discutir agora, vamos unificar essa luta. Aqui não se trata de acabar com o pedágio, trata-se de reduzir o valor da tarifa que está estrangulando a economia paranaense. E as alternativas têm que ser postas à Mesa mesmo, seja através da mobilização, da pressão da sociedade.

V. Exa. falou um fato que é absolutamente verdadeiro, o Governo foi derrotado em todas as ações judiciais, a Justiça Federal está dando ganho de causa contra o interesse público, mantendo esse contrato, um contrato lesivo à sociedade paranaense, mas por conta do quê? Porque os melhores administrativistas, os melhores advogados do Direito administrativo estão contratados. Tem um deles, inclusive, que é um dos maiores autores do nosso país hoje, que escreve os livros pensando no interesse que ele está defendendo.

Então temos que reconhecer que eles estão gastando muito dinheiro com advogados, alguns estão ficando muito ricos e, ao mesmo tempo, temos que reconhecer que o produtor rural paranaense, a sociedade está pagando um preço muito alto. Seja o movimento pela

resistência, pela mobilização, via negociação, pelo diálogo, mas alguma solução nós temos que encontrar. Quando eu digo que tem um fato objetivo que temos agora é o comparativo. O Deputado Zucchi até usou essa expressão, compareceu lá em nome do Senador Osmar Dias, eu inclusive falei até em nome do Senador Álvaro Dias que hoje à tarde, no Senado, vai fazer um pronunciamento sobre este tema, porque sinceramente este é um tema suprapartidário, ele não envolve a Direita ou à Esquerda, ele envolve a questão que está sangrando a economia do Paraná, e não podemos continuar assistindo isso, passivamente. Então, quando esta discussão vem à tona novamente, nós temos que aproveitar esta oportunidade criar uma Frente Parlamentar, aqui, que esteja envolvida para solucionar esse tema, e de fato, é necessária, essa união e hoje o que eu vi nesse plenário foi muito importante, muito interessante para avançar.

Concedo um breve aparte ao Deputado Péricles.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Deputado Romanelli, eu tive um ciclo interrompido quando deixei de ser Deputado. Fui Prefeito de Ponta Grossa não pudemos avançar nos estudos de pedágio, porque mesmo naquela época a Oposição era muito pequena e nós não conseguimos sequer as 18 assinaturas para fazer uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas os dados que estudei, é inacreditável até, proposta comercial do lote 5, uma praça de pedágio, R\$ 4 milhões, 9 anos atrás. Acho que temos alguns caminhos para realizar, com rapidez, imediatamente. Primeiro a Comissão Especial de Investigação. Temos nos reunido lá eu, o Deputado Plauto e o Deputado Presidente. Temos que chamar todos os Deputados, essa comissão tem poder, tem força, vem o Secretário de Transportes agora, temos que pegar dados técnicos. Em pouquíssimo tempo o poder da comissão, com esse consenso político hoje, como o senhor mesmo disse, podemos ter documentos que esclareçam definitivamente o lucro extraordinário que as concessionárias tem, os investimentos realizados, as cláusulas do contrato. Isso é um instrumento poderoso para conseguirmos através da negociação, ou devolvendo ao Governo Federal, ou uma intervenção nas rodovias, porque agora o paradigma está dado. Não é possível que num leilão federal os pedágios nas estradas do mesmo país sejam 6 vezes menores que os valores praticados atualmente.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço o seu pronunciamento. V. Exa. quando Parlamentar, na época, fez um levantamento e foi muito importante a sua discussão. E V. Exa. que é um especialista, é engenheiro, é professor universitário e conhece bem o tema pode subsidiar o debate. Não tenho dúvidas. Temos que trazer técnicos, temos que trazer especialistas aqui, temos que nos debruçar, não vou dizer nem sob a questão jurídica, temos que nos debruçar efetivamente

sob as cláusulas de execução do contrato. Está me parecendo que a Secretaria dos Transportes e o DER tem que ter uma ação mais efetiva para poder de fato desmontar o miolo, demonstrar que a Rodo Norte está tendo lá um lucro fantástico, exorbitante, muito acima do que é razoável e do que previa a própria planilha que formatou esse modelo de concessão onerosa.

Oneroso mesmo é o valor da tarifa do pedágio que cobram do povo paranaense. Era isso.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/nº subscrito pelo Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, comunicando seu retorno às atividades Parlamentares na data de 22 de outubro de 2007, requerendo da Mesa Diretora que sejam adotadas as medidas necessárias para a formalização do ato de retorno da licença para tratamento de saúde. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 590/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Conjuntos Dia-

mante Azul e Montes Claros - AUNILESTE, com sede e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 661/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação de Pais, Amigos e Deficientes Visuais de Guaratuba - APADVG, com sede e foro no município de Guaratuba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 684/07, de autoria do Deputado Pedro Ivo, que declara de utilidade pública a Associação Casa de Apoio e Restauração Divina - ACARDI, com sede e foro no município de União da Vitória. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 029/07, de autoria da Comissão Executiva, que institui o Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - FEMALP. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de utilidade pública a Sociedade de Organização Social Vida - SOS VIDA, com sede e foro no município de Medianeira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 637/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública Clube Paranaense de Criadores de Curió, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 685/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais de Engenheiro Beltrão, com sede e foro no município de Engenheiro Beltrão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 112/07, de 17/09/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 685/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, declara de utilidade pública estadual a Associação dos Servidores Públicos Municipais de Engenheiro Beltrão, com sede e foro no município de Engenheiro Beltrão.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, faz-se necessária a inclusão da sigla que integra a denominação da Associação que se pretende declarar de Utilidade Pública, conforme consta no respectivo Estatuto Social, bem como a inclusão da sede e foro da Associação. Desta forma, sugere-se a emenda aditiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 685/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda aditiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação dos Servidores Públicos Municipais de Engenheiro Beltrão - ASPUMEG, com sede e foro no município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 690/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública a Organização Somos Saúde - DST/AIDS e Redução de Danos, com sede e foro no município de Araucária. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 113/07, de 18/09/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 690/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, declara de utilidade pública a Organização Somos Saúde - DST/AIDS, com sede e foro no município de Araucária/PR.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Desta forma, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 709/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública o Instituto Brasileiro para a Saúde Preventiva - IBSP, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 123/07, de 02/10/07).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 709/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, declara de utilidade pública estadual o Instituto Brasileiro para a Saúde Preventiva - IBSP, com sede e foro no município de Maringá.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3075 de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

O requerimento vou encaminhar favoravelmente, só fico com uma dúvida, Deputado Marcelo Rangel. Se V. Exa. quiser em termos do custo da locação de pessoal, esse requerimento nós não vamos conseguir identificar isso, porque ele está muito específico em relação à questão dos recursos financeiros. Vamos encaminhá-lo, mas em termos de recursos financeiros que foi transferido provavelmente nem deve ter sido transferido, ou deve ter sido algum valor, só para aquelas pequenas despesas, o restante é tudo pago. Não sei se é possível individualizar.

Vou encaminhar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Os Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 3083, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3084, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3087, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3088, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Esse requerimento que está em suas mãos eu solicito ao Secretário de Saúde do Estado do Paraná, Dr. Claudio Xavier. Quero uma documentação desde o primeiro dia que funcionaram as UTIs neonatal, em Ponta Grossa. Estou com uma informação muito preciosa que preciso confirmar. Quero saber como funcionou essa UTI desde o primeiro dia que ela entrou em funcionamento: que tipo de atendimento fez, se foi só SUS, particular, convênio. Como é a única UTI neonatal, que tem em Ponta Grossa quero levantar os dados.

Por isso estou pedindo o apoio dos Srs. Deputados, quero saber quem ocupou os seis leitos de UTIs neonatal desde a sua abertura em Ponta Grossa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para encaminhar o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Encaminhar favoravelmente, acho que o requerimento é válido.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação, os Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 3091, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3092, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3093 a 3095, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3090, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa para providências.**

Requerimento nº 3097, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Queria registrar aqui a presença neste Plenário do Dr. Adrualdo Araújo que é novo Chefe da Regional de Saúde de Ponta Grossa e está hoje numa reunião de trabalho, está aqui na Assembléia, nosso ex-Vereador companheiro nosso de Ponta Grossa é sem dúvida um dos grandes técnicos na área de saúde, está fazendo um grande trabalho na Regional de Saúde e está comandando como deve dia e noite, está nos ajudando a resolver os problemas de saúde de Ponta Grossa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado!

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 693/07.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 485 e 515/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 637/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 685, 690, 709, 524, 598, 660, 710, 711 e 712/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Atos****ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1856/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, VERONICA DURAU, do cargo em Comissão, simbologia DAS-5 do Gabinete da Diretoria Geral Adjunta, a partir de 01 de agosto de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2059/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e amparada no artigo 33 parágrafo 1º, inciso VI e XIII da Resolução nº 001 de 01 de março de 2005,

R E S O L V E :

I - Determinar o empenho por estimativa em nome da Administração, nas rubricas e nos valores abaixo:

a - 3390 3302 - R\$ 90.000,00

b - 3390 3917 - R\$ 15.000,00

c - 3390 3918 - R\$ 15.000,00

II - À Diretoria Geral para providências que se fizerem necessárias para o cumprimento deste Ato.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Atas de Comissão**Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-

se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Marcelo Rangel. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, colocando em votação a convocação do Sr. Carlos Artur Krüger Passos, Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade, para prestar esclarecimentos em reunião da comissão. Colocada em votação, a convocação foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou-se a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 394/07, de autoria do Deputado Professor Luizão. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Projeto de Lei nº 524/07, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Projeto de Lei nº 598/07, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Projeto de Lei nº 669/07, de autoria do Deputado Fabio Camargo. Relator Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, em reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a leitura do relatório preliminar, de autoria dos membros da comissão, sobre as denúncias de irregularidades no tráfego aéreo e na operação do aeroporto de Maringá. Colocado em votação, o relatório foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário